



Eduardo Martins

Austeridade e direitos humanos: a dialética da violência económica

Faces da segurança humana sob o triângulo de Galtung na atual crise europeia

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade dos Estudos da Paz e Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Coimbra, 2013





FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Eduardo Martins Jorge

Austeridade e direitos humanos: a dialética da violência económica

Faces da segurança humana sob o triângulo de Galtung na atual crise europeia

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade dos Estudos da Paz e Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor José Manuel Pureza

Coimbra, 2013

Imagem da capa disponível em:

<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/a-austeridade-afunda-ainda-mais-a-europa/>

Agradecimentos

Sempre é difícil agradecer quando o tempo corre e as pessoas importantes são muitas. Entretanto, neste mundo onde, por vezes, até um “bom dia” é negligenciado, sinto a obrigação de repousar minha paciência. Agradeço sim, a todos que tornaram, não apenas este trabalho possível, mas a todos que tornaram meu contentamento dos dias, neste mundo bestial, uma possibilidade concreta.

Agradeço à minha mãe Regina e ao meu pai José Luis por fazerem de mim tudo que sempre quis, e aos quais, para devolver tudo que me foi dado, seriam necessárias mais umas três ou quatro vidas. Amo.

Aos meus amigos de sempre. Em especial a todos os colegas de Mestrado por proporcionarem os melhores debates que tive em Coimbra e pelo afeto nostálgico de um fado que carregarei comigo. Aos professores da Universidade de Coimbra, que foram sempre receptivos, atenciosos e fizeram-me sentir confiança para arriscar e esperança para seguir. Em especial ao meu orientador José Manuel Pureza pela atenção crítica e minuciosa de meus devaneios e também pela paciência infinda com meus desesperos. E às professoras Paula Duarte Lopes e Tereza Cravo por impulsionarem a inspiração para o problema analisado, e à Raquel Freire pela clareza nas explicações teóricas e todo auxílio no seminário. Gostaria de dar uma atenção nominal aos que conviveram comigo, por aguentarem meu cotidiano errante e cheio de farpas. Por estarem sempre do meu lado, irrestritamente: Sammantha, Lorenzo, Maria, Hugo, Rocha e Fernando. Obrigado.

Reconheço todos os dias a importância de todos que tornaram tudo possível e a todos sou grato até meus últimos passos nesta vida.

Resumo

Os graves problemas no setor imobiliário dos Estados Unidos em 2007, referentes aos investimentos de alto risco através do sistema de hipotecas, causaram um impacto negativo no ambiente macroeconómico internacional. Em pouco tempo, o fenómeno já seria conhecido como “crise económica global” ao afectar directamente grandes economias desenvolvidas, que entravam em processo de recessão. A chamada “crise” reuniu esforços de instituições internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, no sentido de retomar a estabilidade do ambiente macroeconómico. A comissão formada pelas instituições, a qual foi chamada *Troika*, projetou medidas de carácter austeritário que deveriam ser implementadas pelos Estados em recessão, juntamente com empréstimos vultosos para controlar as dívidas públicas e o potencial de crescimento.

A austeridade fiscal implementada gradualmente deflagrou o empobrecimento compulsório destas sociedades e grandes prejuízos no âmbito dos direitos básicos, como saúde, educação, emprego e previdência. Por afectar directamente a vida dos cidadãos, notou-se com evidência que a condução dos processos políticos e diplomáticos, em direção à austeridade, apresentou elementos contraditórios à democracia e aos direitos humanos. Desta forma os estudos para a paz conferem o suporte necessário para compreender as diferentes trajetórias dos tipos de violência envolvidos no processo e auxiliam na construção de outras leituras possíveis sobre o mesmo fenómeno, nomeado doravante de *Violência Económica*, marcadamente económico, violentamente social.

Palavras-chave: Europa, Euro, Portugal, Espanha, Grécia, Crise, Austeridade, Violência, Segurança Humana.

Abstract

The great problems with the subprimes mortgages in United States, started in 2007, have caused a negative impact on the international macroeconomic environment due the high risks investments over the contracts of loan. In a few time, that phenomenon would be considered as an “economic global crisis” affecting directly high developed economies, wich have faced recession. This “crisis” has joined efforts among international institutions like International Monetary Fund, European Central Bank and European Comission trying to provide establiity on the macroeconomic environment. A special comission named Troika was created and has proposed austerity measures that could be driven by the States to receive a international loan for respectives bail out. These measures were aimed to control public debts and recover economic growth.

The impact of these measures over the past five years has been the increasing poverty and current violations of human basic needs as health, education, employment, govern funding, financial helps and so on. Starting by this impact in the social life, the main point of this study is to show how it can configure a structural process of violence, culturally legitimized and physically imposed. In this sense, the peace studies can provide important tools to analyze the different types of violence that could be observed through the process of the economic crisis. Also they can help to elaborate others narrative forms to understand the phenomenon wich, for now on, the study will call “economic violence”.

Keywords: Europa, Euro, Portugal, Spain, Greece, Crisis, Austerity, Violence, Human Security.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Enquadramento teórico: os estudos para a paz e as tipologias da violência.....	7
1.1 – A segurança humana e suas controvérsias.....	10
1.2 – Articulação de conceitos e método de investigação.....	14
Capítulo 2 – Violência Estrutural: A aplicação do triângulo de Johann Galtung.....	21
2.1 – A interação entre os Estados e as instituições internacionais.....	23
2.2 – Os impactos sociais das medidas de austeridade.....	32
Capítulo 3 – Violência Cultural: Identificação dos elementos culturais.....	41
3.1 – O poder simbólico e as leituras possíveis do processo de austeridade.....	42
3.2 – Orientações e práticas políticas resultantes da leitura ortodoxa.....	50
Capítulo 4 – Violência Direta: Indicadores de observação da violência física.....	53
4.1 – Da implementação da austeridade à organização de resistências.....	54
4.2 – A repressão e a imposição de uma cultura.....	57
Conclusões.....	65
Bibliografia.....	75

Introdução

A partir dos impactos sociais das medidas austeritárias e seus processos políticos e diplomáticos correspondentes, o estudo pretende analisar as ameaças à segurança humana presentes na denominada, “crise económica global” que teve início em 2007, e atingiu grandes economias mundiais como a europeia e a norte-americana, e ainda permanece em curso nos dias atuais. A análise terá como suporte os estudos para a paz com foco nas prerrogativas de segurança humana, e será conjugado às tipificações das violências em três níveis: estrutural, cultural e direto. Esta separação em níveis de análise deriva de maneira análoga ao triângulo das violências proposto por Johan Galtung, referindo-se respectivamente aos níveis de manifestações das violências estrutural, cultural e direta, e tem a função de fornecer os elementos que possibilitarão identificar as ameaças.

A situação financeira global ganhou contornos alarmantes, quando em 2007 detectou-se um grave problema no sistema imobiliário dos Estados Unidos, através da quebra de instituições de crédito que concediam empréstimos imobiliários de alto risco, chamados, em inglês, de *subprime loan* ou *subprime mortgage*. O episódio ficou conhecido como “crise dos *subprimes*”. O problema na economia americana, por sua potencialidade global, gerou uma grande instabilidade no mercado financeiro internacional e, em pouco tempo, surgiram os alertas do risco de um fenómeno mais grave envolvendo outros Estados.

Em 2010, com o mercado financeiro internacional abalado pela quebra de grandes bancos americanos e, concomitantemente, irlandeses, a economia europeia viveu os traços da crise como um efeito em cadeia. Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e

Espanha apresentaram em seus indicadores económicos uma retracção significativa no crescimento e um aumento gradual das dívidas públicas. A resposta imediata a estes indicadores foi a proposição de empréstimos, para os países ditos em crise, no sentido de recapitalizar bancos estratégicos e retomar o controle estável do ambiente macroeconómico.

Os empréstimos são firmados mediante o acordo de um plano de metas de crescimento e medidas políticas deliberadas em instâncias internacionais. Formou-se então uma comissão de análise constituída de membros do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia, nomeadamente a *Troika*, que acompanharia a partir daí o desenvolvimento económico dos estados resgatados pelos empréstimos. Até a redacção deste estudo, quatro Estados europeus solicitaram o resgate: Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha.

O seguimento da implementação das medidas para reestruturar os estados resgatados, conhecidas como medidas de austeridade, tiveram um forte impacto económico e, sobretudo, social na Europa e em outras partes do mundo. E é neste impacto que se concentra o presente estudo dedicado à construção de possibilidades e propostas de leitura do fenómeno.

Para tal, o método será diversificado e consoante aos níveis de análise. No nível da estrutura será feita uma discussão direccionada aos acordos de resgate dos países europeus envolvidos nos processos de empréstimos, para avaliar a interação entre os Estados nacionais e as intuições financeiras internacionais e verificar os impactos das medidas de austeridade nos Estados em questão. No nível da cultura serão analisadas as disputas pelas diferentes formas de leitura do processo de “crise”, que resultaram na aceitação social das políticas de austeridade como um esforço inevitável e

imprescindível por parte dos Estados e de seus cidadãos, com o intuito de verificar factores impositivos na construção da ideia de “crise económica” e postura austeritária. No nível directo serão feitas análises dos movimentos organizados de resistência aos processos austeritários e seus subsequentes confrontos com as forças policiais para evidenciar os perigos físicos presentes nas manifestações e o carácter repressor da implementação das medidas.

A análise estrutural partirá da observação das negociações dos empréstimos, em função da discussão conceitual que sugere uma mudança no papel dos estados. Isto será feito consoante às avaliações de economistas sobre a necessidade de austeridade, em que esta austeridade consiste e, sobretudo, os resultados das medidas implementadas nos indicadores sociais dos Estados. Esta análise tem por objetivo apresentar a trajetória estrutural da violência que resultou no empobrecimento das sociedades abordadas e precarização do atendimento aos direitos básicos como saúde, educação, emprego e previdência. Os indicadores das dívidas públicas em Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha e os relatórios das instituições internacionais referentes aos respectivos panoramas socioeconómicos serão utilizados como as amostras observáveis constituintes do nível estrutural, através da comparação de coeficientes numéricos fornecidos pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (designada doravante com a sigla OCDE), pelo Fundo Monetário Internacional (designado doravante com a sigla FMI) e pela Comissão Europeia. Estas amostras serão confrontadas com as alternativas aventadas contra a austeridade e com o impacto político e ideológico dos desdobramentos austeritários nos conceitos de soberania e democracia.

Passando ao nível cultural de análise serão observadas as teorias económicas que serviram de base para a implementação das medidas políticas de austeridade e os

processos de construção da noção de “crise global” impulsionada pelas mídias e defendida por setores governantes. Para além das teorias económicas, serão observados outros elementos culturais inseridos na disputa pela leitura do processo de “crise”, como discursos e propostas defendidos por movimentos de resistência à austeridade. A partir da comparação discursiva e do confronto conceitual das possíveis leituras espera-se identificar o conjunto de ideias que atribuem à noção de “crise e austeridade” o carácter imprescindível e inevitável aceite socialmente.

O nível direto de análise terá como amostra os confrontos entre os cidadãos que têm se manifestado contra a austeridade e os policiais que devem garantir a segurança do estado promotor das medidas. Esta observação partirá do acompanhamento gradual de desenvolvimento das manifestações, questionando o impasse no diálogo entre os governos e os manifestantes. Por ser o nível mais sensível visualmente, este terá o auxílio de fontes visuais, como fotos e vídeos que circularam internacionalmente nas mídias, desde a deflagração da “crise” na Europa em 2010 até hoje. Através da percepção da face física desta violência busca-se demonstrar onde desembocam as eventuais trajetórias de violências que envolvem o fenómeno da “crise económica”.

O objetivo é identificar, nos três níveis do processo de “crise”, os elementos que podem representar potenciais ameaças à segurança humana, observados em seu conjunto. Ao demonstrar a coesão expressa pela estreita relação entre as ameaças, será possível apresentar como as relações políticas organizadas para o resgate dos estados em crise configuram um processo que pode ser denominado de violência económica, nos termos da segurança humana.

O estudo é dividido em quatro partes. A primeira parte será dedicada à discussão teórica acerca dos significados de violência e segurança humana, pois são a base

fundamental dos estudos para a paz. Nesta parte serão definidos os conceitos a serem operacionalizados no intuito de esclarecer o olhar que direcionou a leitura do fenómeno tratado. A segunda parte, por tratar do nível estrutural, é construída com observação das interações entre os estados e as instituições financeiras internacionais, a partir das oscilações derivadas da volatilidade do mercado financeiro internacional, em momentos de “crises económicas”. Busca-se verificar, através dessas oscilações, em que medida os cidadãos estão sujeitos à volatilidade da economia de mercado, e quais os resultados das medidas austeritárias adoptadas para fugir do “fantasma da crise”. Serão avaliados na terceira parte do estudo as possíveis formas de leitura do fenómeno e as disputas simbólicas envolvidas na produção da cultura. Para encerrar o triângulo das violências, a quarta parte apresenta os confrontos entre os governos e manifestantes, na disputa promovida pelo processo de austeridade. O último vértice do triângulo evidencia a face física, ou seja, direta do processo. Esta última parte completaria o triângulo das violências com a coesão devida para que se compreenda o fenómeno, não sob a luz dos que o nomeiam de “crise”, mas com a lente que permite nomear o processo como *violência económica*, já que é na trajetórias das raízes das violências que se busca a sustentabilidade para paz.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico: os estudos para a paz e as tipologias da violência

Os estudos para a paz têm tido bastante relevo nos últimos tempos não apenas para compreensão das novas formas de disputa de poder, mas também para contribuir com novas percepções acerca das relações sociais. Os contributos agregaram novos valores ao tratamento que se dá à violência e às formas de evitá-la (Pureza e Cravo, 2005). Ao ir além das análises dos prejuízos físicos, passa-se, a partir das novas direções dos estudos, a perceber um ato violento na medida em que ameaça, não apenas a integridade física de qualquer homem, mas também seus direitos, suas capacidades de escolha ou seu futuro. Pois se pensada de maneira geral, a sociedade, *a priori*, existe para que, em conjunto, sejamos capazes de nos proteger de qualquer ameaça. A questão que aqui se coloca é esta: como identificar as potenciais ameaças à segurança humana que possam configurar violências dentro do contexto da atual crise económica? Para que melhor se compreendam os conceitos e princípios intrínsecos às proposições acima é de grande auxílio recorrer aos estudos para a paz.

Os estudos para a paz tiveram seu arranque com as críticas a um conceito simplista de paz que resume-se a compreendê-la como não-violência, ou seja, como o oposto à guerra (Richmond, 2007). Em uma vertente crítica oposta aos estudos tradicionais das relações internacionais sustentados por uma versão positivista, os estudos para a paz começam a questionar a funcionalidade objetiva dos estudos empiricistas. Esta discussão trouxe aos estudos das relações internacionais um dilema epistemológico que seria marcante na disciplina. Com seu enfoque na problemática intrínseca à construção do conhecimento relativamente à interacção entre sujeito e

objeto de estudo, a crítica à objetividade dos métodos quantitativos que limitavam a validade científica aos cânones das ciências exatas e naturais, ganhou vulto a partir dos estudos de Johann Galtung (Lawler, 1995).

A ideia de que os estudos positivistas que se propunham observar a realidade, a partir de leis científicas, para enquadrá-la de maneira estática ao conhecimento objetivo, e por esta razão válidos cientificamente, não leva em consideração os aspectos da consciência humana, nem como possível transformadora da realidade, nem como organizadora do processo auto-formativo das referências do sujeito que observa o objeto de análise. Peter Lawler, um dos maiores estudiosos da obra de Galtung sugere que sua análise sobre Galtung é dirigida pela intersecção entre os discursos normativos do pensamento das relações internacionais e as ciências sociais (Lawler, 1995). Ao admitir a necessidade do componente humano na análise, através da utilização das ciências sociais, os críticos ao racionalismo positivista assumem como função do estudo a responsabilidade de intervir na construção de novas realidades.

Embora assentes na questão dos valores do sujeito observador, os críticos do positivismo, segundo Lawler, questionavam a utilidade do discurso científico das relações internacionais conferido por uma pretensa objetividade. Este é o ponto decisório de desenvolvimento dos estudos para paz, que surgem em defesa da essência normativa do pensamento das relações internacionais. Peter Lawler ressalta também a estreita relação dos estudos para a paz com o discurso positivista ao afirmar que os estudos para paz de Galtung “*could not be but normative in essence, for it would reproduce the deeper more opaques imprints of the positivist sociological discourse within wich it was constructed*” (Lawler, 1995:42). Deste modo Lawler horizontaliza a

questão da validade científica, colocando em causa a influência do processo auto-formativo da consciência subjetiva na análise do objeto.

Johann Galtung desenvolve seus estudos no interior destes debates. Em 1971, Galtung propõe uma análise estrutural da violência indicando que a paz conseguida com a ausência manifesta da guerra não é sustentável e que esta noção de paz causa prejuízos ao negligenciar todas as condições estruturais das quais a violência deriva (Galtung e Tord, 1971). A partir de várias questões que relativizam sujeito, objeto e ação das violências, Galtung abre precedentes para análises de diferentes tipos de violência. A partir da construção da análise por um triângulo das violências, elaborado através da análise cultural da violência, em 1990, Galtung propõe a distinção categórica entre violência direta, violência cultural e violência estrutural, que também se ramificam em outras variáveis como física ou psicológica, intencional ou não, com objeto ou sem, manifesta ou latente, Galtung nos permite horizontalizar a noção de violência sem que a face física desta se sobreponha às outras.

A partir das tipificações das violências propostas por Johann Galtung, a investigação é orientada a estruturar todo processo que abrange as medidas políticas adotadas para conter a “crise económica”, as alternativas discutidas, os impactos das medidas austeritárias e as reações sociais no sentido de identificar as fontes de ameaça à segurança humana.

Segundo Johann Galtung, a violência ocorre quando aumenta-se a diferença entre o atual e o potencial e atua ao impedir também o decréscimo desta diferença (Galtung, 1969). Adotando uma conceptualização mais extensa de violência, Galtung propõe que a violência seja compreendida como a causa desta diferença entre as

capacidades potenciais e as atuais realizações. Isto é dizer que, nas ameaças ao ser humano que atualmente já provém de recursos para serem evitadas, a violência está presente. Dois bons exemplos utilizados pelo autor para esclarecer a definição são a tuberculose e os terremotos. Se uma pessoa morreu de tuberculose no século XVII é aceitável, pois não havia recursos que pudessem preveni-la, porém, morrer de tuberculose no século XXI, com todos os recursos médicos disponíveis hoje, é uma violência. No dia em que os terremotos puderem ser evitados, a violência estará presente em casos não evitados (Galtung, 1969). Desta forma, assume-se no presente estudo o conceito de violência elaborado por Galtung, tendo como complemento as ideias de segurança humana proposta pela comissão de segurança humana da ONU e suas possíveis aplicações, propostas a seguir por Taylor Owen.

1.1 – A segurança humana e suas controvérsias

A comissão de segurança humana da ONU tem abordado as questões de segurança dos direitos do homem de maneira questionável ao longo dos anos. Ao representar a tentativa de universalizar valores éticos, o conceito de Segurança Humana carece de precisão e especificidade no sentido de definir as necessidades e exigências de todas as vidas humanas. Pode-se verificar isso observando o relatório de 2002 citado por Taylor Owen, do *International Peace and Research Institute* de Oslo, que definiu a segurança humana como “...*human security is the protection of the vital core of all human lives from critical and pervasive environmental, economic, food, health, personal and political threats.*” (Owen, 2004: 382). Quando usa o termo referindo-se a todas as vidas humanas, aponta-se foco ao indivíduo, e ao mesmo tempo, universaliza os mandatos da comissão. Isto possibilita endereçar diversos assuntos aos termos de

segurança humana. Owen propõe que a segurança humana deve considerar mortes ou enchentes como ameaças à segurança humana indistintamente, uma vez que, ambas representam prejuízos em potencial que podem ser evitados. Neste sentido, pode-se enquadrar nos termos da segurança humana certas ameaças, como a ambiental, económica, alimentar, política e outras.

Em 2004, Mark Duffield e Nicholas Waddell tornam público um relevante estudo para demonstrar a natureza controversa do conceito e sua aplicabilidade. Em *Human security and global danger: Exploring a governmental assemblage*, os autores analisam alguns relatórios sobre o assunto e verificam a evolução do conceito e suas tentativas de estreitar as definições.

Duffield e Waddell sugerem que a segurança humana representou um desdobramento dos conceitos de *Segurança* e de *Desenvolvimento* inerentes às preocupações estatais. A evolução do conceito deu-se com a transição do foco político que incide sobre a segurança dos estados e move-se à segurança da população. Isto quer dizer que houve, na construção do conceito de *Segurança*, a transição da geopolítica para a biopolítica, por mover-se o foco do nível estatal, para o nível populacional (Duffield e Waddell, 2004: 2).

No que diz respeito ao *Desenvolvimento*, os autores apontam para a fusão das preocupações ambientais às questões de desenvolvimento, que eram usualmente reportadas estritamente às questões econômicas. Ao assumir preocupações ambientais em conjunto às questões de desenvolvimento surge a noção de *Desenvolvimento Sustentável*, que propõe a busca por oportunidades e escolhas via gerenciamento efetivo de risco e contingência das vidas, no sentido de assegurar o desenvolvimento humano,

pois que se for destruída a capacidade de gerir riscos e contingências, não há desenvolvimento (*ibidem*, 2004: 3).

A partir da priorização da segurança das pessoas ao invés da segurança dos Estados emerge então o conceito de Segurança Humana, promovendo a fusão de preocupações de desenvolvimento e segurança, e, segundo os autores “*it embraces the optimism of sustainable development by emphasising the extension of life-choices while, at the same time urging action of the conditions that threaten human survival and dignity*” e que através desta fusão “*Human Security establishes an identity between development and security at the level of population*” (*idem*, 2004: 3).

Roland Paris, em 2001, abordou também a ausência de uma definição precisa do conceito, mas salientou a importância desta ausência de precisão nas exigências e propostas derivadas das diversas perspectivas e objetivos dos “*Middle-Power States*”, como são nomeados pelo autor. A vantagem do conceito, segundo Paris, é que a ausência de definição possibilita remeter os mais variados assuntos na agenda internacional referente à *Segurança Humana*, incluindo proteção aos direitos económicos, sociais, políticos e culturais das populações em níveis globais, e não apenas questões de segurança e desenvolvimento, usualmente endereçadas por Estados ditos desenvolvidos (Paris, 2001). Entretanto, a aplicabilidade na prática pode tornar-se controversa.

Uma questão que tem sido problemática para o debate em nível internacional refere-se ao relatório da Comissão de Segurança Humana, de 2001, nomeado *Responsibility to Protect*, no qual compreende a Segurança Humana como o coração de uma redefinição da ideia de soberania (Duffield e Waddel, 2004:16). O relatório exige da comunidade internacional a responsabilidade em assegurar as condições referidas aos

Estados que, por si só, não conseguem possibilitar as demandas referidas aos seus cidadãos. Este ponto, em específico, é dos mais controversos, pois tenta justificar as intervenções humanitárias através de um dever moral da comunidade internacional. Ainda que na Carta das Nações Unidas exista a necessidade de autorização do Conselho de Segurança para as intervenções militares, as experiências intervencionistas neste sentido, após a década de 90, demonstram graves violações à soberania dos Estados.

Como Duffield e Waddel observam, o tempo da soberania exclusiva e absoluta passou e sua teoria nunca enfrentou a realidade. O grande problema desta diluição da soberania reside no que subjaz à igualdade dos Estados na comunidade internacional, pois se a questão é levantada sob um dever do terreno moral, através da responsabilidade de proteger, supõe-se imediatamente que alguns Estados julguem-se moralmente aptos a orientar e até impor seus valores aos Estados que são julgados incapazes de promover as demandas da Segurança Humana em âmbito interno. Isto é, ainda que a soberania esteja prescrita na base jurídica internacional da ONU, as intervenções militares com as justificativas morais da *Responsibility to Protect* atentam contra os princípios de igualdade propostos pela ideia de soberania.

O debate sobre o arranque do conceito de Segurança Humana ganha extrema relevância ao evidenciar o descompasso entre os valores propostos pela ideia e as intervenções humanitárias que rejeitam a soberania. No caso específico da “crise económica”, a importância deste debate revela-se nas possibilidades de aplicação prática das normativas de Segurança Humana, para proteção dos direitos civis, políticos e culturais nos Estados em “crise”. Neste sentido, a insegurança promovida pela exigência da austeridade sugere não somente uma violação da soberania, mas também

um contra-senso ao impor a supressão de direitos dos cidadãos, quando estes deveriam ser protegidos no intuito de viabilizar o desenvolvimento humano igualitário.

O estudo sobre o debate acerca da segurança humana com o suporte da tipificação das violências oferece um consistente corpo conceitual que dá suporte aos estudos para paz, na medida em que, ao repensar as formas de violência, obriga a repensar também as maneiras e os problemas para proteger o humano de ameaças que podem ser prevenidas (Owen, 2004). Fornece também instrumentos críticos de análise para avaliar o comportamento dos Estados e instituições financeiras internacionais em confronto com as normativas da ONU no cenário internacional, a respeito da Segurança Humana. Assim, esse debate teórico acaba por incutir a necessidade de questionar qual o tipo de paz que se espera e de estudar suas possíveis bases estruturais para torná-la sustentável, sem determinações prévias e impositivas (Lawler, 1995). O debate visa também demonstrar a necessidade da existência de estruturas institucionais em nível internacional, que impeçam as incongruências evidentes de determinadas intervenções humanitárias e promovam instrumentos de proteção aos direitos e ao desenvolvimento humano, aplicáveis às especificidades de cada caso em particular, pois só assim o conceito abandonaria as suspeitas de ser somente um ar quente e tonar-se-ia um imperativo categórico nas relações internacionais.

1.2 – Articulação de conceitos e método de investigação

Para identificação das ameaças e composição das violências presentes no processo batizado de “crise econômica” a análise será efetuada em três níveis: O nível estrutural correspondente à interação entre as instituições financeiras internacionais e os Estados nacionais e seu impacto nas decisões políticas e nos indicadores

socioeconómicos. Este nível de análise será observado através das relações de interdependência acirradas em decorrência das altas dívidas públicas e dos processos austeritários decorrentes da recessão nas economias desenvolvidas; O nível cultural correspondente às formas de leitura do fenómeno referido que confrontará as ideias principais de interpretação e as teorias que sustentaram o processo austeritário; o nível direto correspondente ao confronto entre os Estados e seus respetivos cidadãos, derivado das respostas sociais ao fenómeno económico, que será observado através de diversas manifestações, protestos e disputas políticas e diplomáticas ao redor do mundo. A proposta é que se perceba como nesses três níveis podem ser identificadas formas distintas de ameaça à segurança humana e, a partir daí, construir as trajetórias das violências resultantes do presente processo que será nomeado, como já foi referido, com a expressão “*Violência Económica*” (Giugni, 2002). O contexto exige que se discorra também sobre as noções empregadas às palavras *democracia* e *soberania* no decorrer do estudo, pois são as bases fundamentais, em níveis políticos e ideológicos, para identificação das contradições intrínsecas entre as posturas estatais e as normativas institucionais da Organização das Nações Unidas a respeito da segurança humana e defesa dos direitos sociais económicos e culturais. Espera-se, a partir da discussão conceitual sobre as contradições supracitadas, apresentar os fatores que orientam a trajetória da violência estrutural desde a sua hipocrisia organizada institucionalmente até seus impactos na vida dos cidadãos.

Para compreender a rede de relações internacionais analisadas, utilizou-se, algumas vezes, o termo *transnacionalização*, que não entra no estudo como um conceito estático, mas como um esclarecimento nominativo à dinâmica estrutural desta rede. A ideia de *transnacionalização* utilizada como referência para as relações no nível estrutural é a que sustenta o conceito de Globalização cunhado por Modelski, e que se

refere a “...estas redes, associações ou interações que cruzam sociedades nacionais, criando ligações entre indivíduos, grupos, organizações e comunidades dentro de diferentes estados nacionais...” como indica Giugni (2002: 18, *apud* Modelski, 1972), ou seja, interligações em rede global, que transcendem a esfera das unidades nacionais.

Identificadas as problemáticas em níveis transnacionais, torna-se inevitável a discussão sobre *soberania* e *democracia*, que será um condutor para avaliar culturalmente as noções que imputam à austeridade um caráter benéfico ou inevitável, visando analisar como foram construídas e difundidas essas ideias nos Estados em questão e questionar este processo de adoção de conceitos no nível ideológico e cultural. Para a construção desta análise no nível da violência cultural será utilizado o conceito de *Poder Simbólico* proposto por Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1989).

Para dar consistência a leitura do fenômeno, o conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu em livro de mesmo nome auxiliará na percepção das condições de disputa mediante a relação de força dos sistemas de referências ideológicos. A ideia é traduzida por Bourdieu como “este poder que não se vê, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem; e que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). Este poder só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (Bourdieu, 1989: 14). No presente estudo, o conceito servirá de base para questionar o processo de construção das ideias de “crise econômica global” e sua associação subsequente à inevitabilidade da “austeridade”, que emergem como aparentes verdades normativas nos discursos governamentais e midiáticos. O conceito propõe a análise da disputa simbólica entre leituras conflitantes da realidade social que acabam por determinar a condução dos processos políticos (Bourdieu, 1969). A definição do fenômeno econômico sob os termos de um processo de “crise econômica

global”, tendo como resposta normativa imediata a austeridade é passível de ser compreendida, segundo o conceito de Bourdieu, como uma leitura arbitrária e impositiva da realidade social, que, devido aos elementos simbólicos de poder, oculta seu caráter violento, ao fazer acreditar a alguns cidadãos que o empobrecimento e a perda gradual de direitos é uma coisa aceitável, inevitável ou até benéfica em alguns casos.

Essa violência simbólica também se faz presente na utilização, a depender da conveniência do discurso, dos distintos significados atribuídos às palavras soberania e democracia. Enquanto conceito, a *soberania* assume significados distintos, tendo sua utilização discursiva condicionada às conveniências das circunstâncias políticas em questão. Este é o problema colocado por Michael Ross Fowler e Julie Marie Bunk ao tratarem da ambivalência evocada pelo conceito, uma vez que, o desenvolvimento das relações entre as nações tem-se destacado pela contradição entre a pretensa ideia de autodeterminação sugerida pela palavra e um mundo marcado por coordenação e controle (Bunk e Fowler, 2006).

A solução deste problema é apresentada pelos autores, não por via de uma definição estática para a palavra, mas redirecionando a questão para os assuntos que poderiam ser enquadrados nos debates sobre soberania e para o impacto que a aplicação do conceito teria nas políticas futuras. A partir deste redirecionamento é possível pensar o impacto sofrido na ideia de soberania nos assuntos referentes à interação entre os Estados nacionais e as instituições financeiras internacionais.

Segundo Bunk e Fowler o estatuto de soberania estatal é presumido pela capacidade dos estados em receber os consagrados direitos internacionais fundamentais, como expropriação, imunidade diplomática e soberana, jurisdição sobre problemas legais em âmbito interno, estendendo-se para os cidadãos no estrangeiro. Ademais, é

uma declaração de responsabilidade em governar, defender e promover o estado de bem-estar da comunidade humana. Assim, é suposto que os Estados nacionais tenham autonomia para determinar suas próprias políticas internas em vias de cumprir suas responsabilidades enquanto nação soberana.

Mais incisivo que os autores anteriores, Stephen Krasner publica em 1999 um estudo sistematizado, intitulado *Sovereignty: Organized Hypocrisy*, tipificando as formas dadas ao conceito de soberania. Mais que um estudo sobre o conceito, o texto, já no seu título, denuncia a moral das organizações ou atores internacionais que promovem a soberania.

Com o foco orientado nos atores políticos, os quais são chamados de “*Rulers*” pelo autor, Krasner argumenta que a assunção de seu estudo é que *rulers* querem permanecer no poder, estando no poder, querem promover segurança, prosperidade e valores de seus constituintes (Krasner, 1999: 7). Esse foco permite perceber as dinâmicas políticas sob a ótica do poder e deflagra as controvérsias entre o termo soberania e as práticas políticas no cenário internacional. A partir desta observação dos usos do termo soberania, Krasner consegue estabelecer quatro classificações marcadas pelo binómio *autoridade-controle* sugerido pelos princípios de reconhecimento mútuo e coerção: A soberania legal internacional, a soberania vestfaliana, a soberania doméstica e a soberania de interdependência.

O problema estrutural abordado por Krasner é este: “*There is no hyerarquical structure to prevent rulers from violating the logics of appropriatness associated with mutual recognition or the exclusion of external authority.*”(Krasner, 1999: 7). Este problema leva à compreensão de contradições nas regras internacionais, como por exemplo a oposição entre os princípios de não-intervenção e a responsabilidade de proteção de direitos humanos, e verifica a ausência de uma estrutura de autoridade para

resolver tais controvérsias. E é por essa razão que Krasner denuncia como uma hipocrisia organizada, já que não há um padrão estrutural para resolver as contradições, o que compromete a representatividade política dos *rulers* e põe em causa a moral que se pretende promover em termos internacionais.

A ideia do debate sobre a soberania incide na análise das relações políticas e diplomáticas dos atores que acordaram as medidas de austeridade e de seus impactos nos próprios pressupostos da ideia de soberania. Esta parte do estudo tem por objetivo sugerir um deslocamento do foco analítico sobre a soberania, que tem sua preocupação usual na figura dos Estados, transferindo-o para o nível populacional. Deste modo espera-se perceber a soberania em termos mais humanos e menos estatais.

Os Estados soberanos só têm sentido, na medida em que representam um povo também soberano. Ainda que pareça uma premissa óbvia, pela natureza intrínseca do povo como componente do Estado, é necessário perceber que a ideia de soberania popular não deriva da autodeterminação do Estado, mas é, em si mesma, a fundamentação do significado desta autodeterminação. Isto é dizer que sem a expressão da vontade popular a soberania é esvaziada de seu sentido. Desta maneira, faz-se necessária uma análise em paralelo que incida sobre os elementos de expressão desta vontade popular que, nos termos referidos pelo estudo, compõem o sistema de democracia representativa, já que subjaz às democracias o princípio de soberania popular.

A questão do estudo que envolve o conceito de *democracia* gira em torno dos dispositivos democráticos à disposição dos cidadãos para exercer seus direitos políticos. Por não discutir a natureza ou a aplicabilidade do conceito em si, mas o funcionamento de seus dispositivos, a análise pretende apenas demonstrar como as medidas de austeridade moldam uma incapacidade de resposta dos cidadãos quando condicionam os

Estados resgatados às suas políticas, dentro do contexto de “crise económica global”. Para este fim, assume-se a noção de que o povo em voto universal tem o direito de decidir suas políticas internas, por constituírem o círculo dos que sofrem as decisões.

É suposto que a democracia tenha como conteúdo mínimo exigível a eleição dos representantes que tomam as decisões políticas, em nome dos representados e legitimados/fiscalizados por estes. O que acontece é que, as circunstâncias económicas da atual “crise” apresentam um cenário propício para situações extraordinárias em termos decisórios, já que envolvem uma reestruturação abrupta na ordenação económica e social dos Estados, e que não podem ser previstas devido à complexidade da interdependência da economia global, o que suscita uma questão: O sistema de democracia representativa é compatível com as novas dinâmicas das redes de relações supranacionais do mundo contemporâneo? A hipótese desta dissertação é precisamente de que não, e de que se torna imperativo reduzir a distância entre as decisões populares e as medidas adotadas no contexto abordado.

Neste sentido será trabalhada a noção de *violência económica*, a partir do corpo teórico oferecido pelos estudos para paz, em conjugação aos princípios das democracias liberais e a ideia mutável de soberania dos estados. Pretende-se demonstrar como a dependência agravada pela problemática das dívidas soberanas com as intuições financeiras internacionais, a orientação política das medidas de austeridade e a repressão às manifestações sociais contra o fenómeno podem representar trajetórias de violências que se complementam e trafegam em um mesmo sentido, põem em risco os direitos e as necessidades básicas dos cidadãos, e, em última instância, violam a segurança humana.

Capítulo 2 - Violência Estrutural: Aplicação do triângulo de Johann Galtung

O primeiro texto sobre violência estrutural no âmbito dos estudos para a paz foi publicado por Johann Galtung em 1971, e tinha como objetivo fundador apresentar um estudo sistemático sobre as raízes que impulsionam os mais variados tipos de violência. Para contrapor a ideia de paz como o oposto à guerra, nomeadamente a *Paz Negativa*, Galtung divide inicialmente a violência em dois grupos fundamentais: Violência Direta e Violência Indireta (Galtung e Tord, 1971).

A violência direta seria a violência física evidente, que representa a face superficial de uma ação violenta imediata, com a relação direta, sem intermediários, entre o agente e o paciente. Tem seus exemplos nos termos de agressões, estupros, homicídios, torturas, entre outros. Se pensada em nível temporal, pode-se dizer que a violência direta reside na instância do *facto* e caracteriza-se pela intencionalidade da agressão. Neste sentido a preocupação exclusivamente direta da violência é própria à noção de paz como *não-guerra*, ou negativa (Galtung, 1990).

Entretanto, combinada com a perscrutação de suas raízes, pode revelar toda a estrutura das diferentes formas de violência, para além da física. Assim, a violência indireta, ou estrutural, seria as raízes das condições que impulsionam a violência física. Ao passo em que essas raízes dependem de condições relativas às formas de organização das sociedades e suas instituições, não é imediato o resultado da ação violenta, pois distancia o agente e o paciente ao pressupor intermediação entre eles. Pode-se dizer, em termos temporais, que a violência estrutural reside na instância do processo, com oscilações, ou seja, incidência de altos e baixos. É caracterizada

fundamentalmente pela repressão na sua forma política ou exploração na sua forma económica.

Galtung afirma que o processo de violência estrutural resulta na reificação ou desumanização do sujeito explorado e explica que *“structural violence can start operating [...] when people become debased by being exploited, and they are exploited because they are seen as debased, dehumanized but has been successfully converted into an it, deprived of humanhood”*(Galtung, 1990: 296).

O intuito desta parte do estudo é observar o processo político e diplomático que envolveu os acordos de resgate aos Estados da União Europeia e verificar os elementos mensuráveis que possam caracterizar exploração ou repressão, e consequentemente demonstrar que há violência estrutural. Primeiramente serão analisadas as circunstâncias políticas e económicas das quais derivaram os acordos de resgate para estruturar o processo temporal em função de seus impactos nas normativas conceituais da segurança humana e nas ideias de democracia e soberania. Logo após serão verificados os resultados socioeconómicos das medidas de austeridade para demonstrar se há ou não o carácter exploratório da violência estrutural. Em seguida, e para finalizar a parte estrutural da violência indireta, serão apresentadas as conclusões a partir de evidências subjacentes a este tipo de violência, comparando os parâmetros normativos da segurança humana com o impacto das medidas para, deste modo, apontar as controvérsias inerentes as propostas de definições sobre as necessidades básicas do ser humano. Pois com base na ideia de violência de Galtung que afirma *“I see violence as avoidable insults to basic human needs, and more generally to life, lowering the real level of needs satisfaction below what is potentially possible”* (Galtung, 1990: 292) é possível, a partir das evidências, sistematizar parâmetros de ameaças as vidas humanas

que podem ser evitadas, já que segundo o próprio autor a ameaça da violência é, em si mesmo, violência.

2.1 - A interação entre os estados e as instituições internacionais.

O processo de “crise económica” desencadeado em 2007, que culminou na insolvência de capitais no mercado imobiliário americano e na consequente falência de bancos, como o Lehmann Brothers, por exemplo, deflagrou ao mundo algumas fragilidades do sistema de livre mercado. As operações de derivados bancários e a oferta desregulada de créditos com alto risco, neste modelo social orientado ao consumo fizeram emergir uma grande crise financeira derivada da interdependência económica do mercado financeiro internacional, batizada na época de “crise dos *subprimes*”, que se alastraria para outros Estados.

Altas dívidas públicas em países desenvolvidos foram deflagradas pelas instituições financeiras internacionais, devido a crença de que défices orçamentários superiores aos 90% poderiam gerar um desequilíbrio ainda maior ao mercado financeiro internacional. Isto impulsionou exigências de cooperação internacional para buscar soluções em níveis macroeconómicos. Uma comissão formada por membros da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional (*Troika*) passou a acompanhar os desenvolvimentos económicos dos Estados com as dívidas mais vultosas na Europa, que poderiam ser refletidas em risco ao mercado financeiro internacional. Em função das altas dívidas e do processo constante de retração económica, foram propostos empréstimos oriundos do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional combinados a uma série de medidas políticas obrigatórias a serem cumpridas para viabilizar o resgate. Os Estados que solicitaram os

devidos empréstimos até o momento foram a Irlanda, a Grécia, a Espanha e Portugal, e é em direção a estes que a análise se inclinará no sentido de avaliar as semelhanças e as diferenças nos quatro casos.

Ao longo do estudo, serão apresentadas análises destas medidas políticas incidentes nos respectivos casos isoladamente, mas por hora será analisada, especificamente, a relação destes Estados com a comissão internacional escolhida para avaliar a situação económica dos países supracitados. A escolha dos países foi feita no sentido de avaliar a interdependência económica entre os países envolvidos neste processo de “crise”, sob as circunstâncias dos empréstimos, e o impacto desta rede de relações no papel dos Estados nacionais, especificamente na ideia de soberania. A evidência desta contradição entre a realidade política e os discursos sobre soberania das democracias liberais conduzirá à trajetória de violência estrutural, que move-se desde a implementação das medidas austeritárias até a verificação de seus impactos resultantes nas sociedades. Os Estados que não solicitaram os empréstimos também apresentam problemas semelhantes, porém, as circunstâncias dos empréstimos ratificam esta transição de forma mais evidente, na medida em que há compromissos explícitos mediante os acordos com as instituições financeiras internacionais.

Todo o processo de implementação de medidas para resgatar, via empréstimo, os países em “crise” apresentou o mesmo modelo, a variar apenas nos valores emprestados e nos percentuais dos cortes procedidos. As alternativas negociadas pelos governos acabaram por esbarrar sempre na questão da inevitabilidade do empréstimo de fundos internacionais e nos consequentes pacotes de medidas acordados com a *Troika*.

Cumprе ressaltar aqui que os acordos de resgate pressupõem um empréstimo financeiro o qual, para ser obtido, impõe que os Estados alterem suas políticas económicas e efetuem reformas estruturais para que sejam capazes de saldar a dívida.

Durante os anos de contrato, o Estado resgatado deve sujeitar suas políticas às exigências e análises de uma comissão internacional, a *Troika*. Isto envolve corte nos investimentos públicos, rigor e transparência na arrecadação tributária e nos organismos financeiros dos Estados e aumentos em impostos com metas e valores definidos e reordenados para que a dívida seja paga, em resumo, um processo de austeridade fiscal. Determinadas cláusulas contratuais preveem reajustes automáticos nos percentuais de corte, em caso de não cumprimento das metas anuais. Isto implica dizer que, se os Estados que não conseguirem saldar seus débitos ou cumprir as metas de crescimento estabelecidos pela *Troika*, há uma necessidade de renegociar os prazos e as medidas de austeridade estabelecidas, indicando que o processo de dívida pode estender-se por diversos mandatos governamentais consecutivos, o que torna vulnerável a capacidade de atuação dos Estados em suas próprias políticas económicas e, sobretudo, nas sociais (RT, 2013).

O compromisso dos Estados com as instituições financeiras nestes moldes não é novo. Durante a última década do século passado e a primeira deste século foram evidenciados cenários semelhantes no Brasil, México, Argentina e em alguns países asiáticos, que também recorreram aos acordos. Esta comparação tem a função de apresentar as diferenças, pois se pensada com o caso do atual fenómeno abordado, os respectivos resultados estiveram condicionados às circunstâncias conjunturais, tanto no falhanço quanto no êxito dos resgates em América Latina e Ásia (Ortiz, 2012).

As crises económicas asiáticas entre 1997 e 1998 ocorreram em efeito dominó e afetaram diretamente as economias de Malásia, Indonésia, Coreia do Norte e Tailândia. A interdependência complexa do sistema financeiro internacional fez com que estas crises se conjugassem ao *default* da dívida soberana da Rússia, afetada no mesmo contexto. Com fechamento do mercado de crédito internacional, após a situação da

Rússia, foi deflagrada uma grave crise no Brasil, que deparou-se com uma expectativa de débito em conta corrente muito superior a entrada realista de capitais (Averbug e Giambiagi, 2000). Em cada Estado, os desdobramentos do fenómeno económico ocorreram de maneiras distintas condicionados diretamente por fatores sociopolíticos próprios àquele momento. O ponto principal a ser extraído desses exemplos meramente comparativos não é uma lição pedagógica de êxito ou falhanço das economias, já que as oscilações do mercado financeiro dependem de fatores conjunturais, mas sim uma comprovação da vulnerabilidade da vida dos cidadãos em função da volatilidade da economia de mercado.

O momento agora é outro. Hoje a “crise” atinge os países desenvolvidos, e isto faz toda a diferença, pois uma série de Estados, considerados desenvolvidos, entram em período de recessão e o recente projeto político da zona euro está posto à prova. Nesta primeira grande prova da zona euro foi utilizada uma fórmula duvidosa, pois tão questionáveis quanto os juros a restituir são as metas pré-estabelecidas a atingir. É necessário, portanto, esclarecer alguns pontos deste debate específico sobre os suportes teóricos para adoção dos determinados moldes austeritários.

A ideia de redução da dívida pública para retomada do crescimento tem sido defendida publicamente pelos governos, com base nos estudos realizados pelos economistas Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart, os quais sugerem que há uma relação intrínseca entre altas dívidas públicas e baixo crescimento, publicado numa obra de referência em 2010 com o título de *Growth in a Time of Debt* (Reinhart e Rogoff, 2010). Entretanto, a ideia torna-se polémica devido à impossibilidade de definir a relação de causa e consequência dos elementos, ou seja, não seria possível afirmar se é a alta dívida que impede o crescimento ou se é o baixo crescimento que aumenta as dívidas. Esta crítica aos estudos de Rogoff e Reinhart ganhou vulto após as

investigações de Thomas Herndon, Michael Ash e Robert Pollin, economistas da Universidade de Massachusetts, que, a partir da mesma base de dados dos anteriores, chegaram a conclusões bem diferentes (Herndon et al., 2013). Neste último caso, a análise resultou em uma variação substancial em função da época e país analisado. Percebeu-se nos dados analíticos a ausência de explicações plausíveis sobre três países com dívidas altas, mas com crescimento estável, casos de Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e ainda, algumas imprecisões em cálculos (Público, 2013). Portanto, é possível afirmar que a fundamentação que deveria justificar as práticas políticas carece de parâmetros científicos seguros para sujeitar as sociedades em débito à sua fórmula.

A volatilidade macroeconómica do mercado financeiro fica evidente através do efeito em cadeia da “crise” despoletada pela situação do sistema imobiliário americano. Segundo alguns observadores económicos, as altas dívidas públicas deixariam os Estados (considera-se como alto risco, como já visto, as dívidas que encontram-se acima de 90% do produto interno bruto) mais vulneráveis às crises financeiras e aumentariam o potencial risco de desencorajamento da acumulação de capital e a redução do crescimento económico, fatores que teriam grande impacto na economia global e no mercado financeiro internacional (Reinhart e Rogoff, 2010). Esta rede volátil de relações, por sua imprevisibilidade frente aos problemas financeiros que podem ter impacto de forma global, acaba por sujeitar os Estados a uma atmosfera de incerteza económica que os submete a adoção de medidas orientadas à redução dos riscos do mercado financeiro. Dito de outra maneira, um problema específico em uma determinada economia pode atingir outras diversas economias agravando os riscos de instabilidade na economia de mercado.

Nota-se que esta complexa rede de relações internacionais apontam para uma tendência do mundo globalizado caracterizado pela interdependência económica.

Tendência esta que, no caso da “crise económica” atual, apresenta-se na mudança de postura e papel dos estados, ainda que discretamente, no panorama internacional e tem impacto direto na ideia de soberania que já não pode mais abranger ou traduzir o carácter de autodeterminação de suas políticas internas, em caso de dívidas com as instituições financeiras.

O que fica evidente em Portugal, Irlanda, Espanha e Grécia, a despeito das singularidades, é que os riscos assumidos ao não pagar a dívida sujeitariam suas políticas aos padrões e metas de crescimento de uma comissão internacional. O diferencial na questão europeia é que cogitou-se, por analistas e alguns seguimentos políticos, que a melhor solução para alguns países pudesse ser a saída da zona euro. Isto é um fator com peso fundamental nas negociações, pois põe em risco a sobrevivência do projeto político.

Ao perceber a composição das instituições que constituem a *Troika* verifica-se imediatamente que há restrições nos processos decisórios, especificamente no que se refere ao processo eletivo dos representantes da Comissão Europeia, do FMI e do BCE. A ausência de participação dos cidadãos nestes processos decisórios evidencia um problema democrático, que surge com a transferência dos grêmios decisórios nacionais para condições interestatais e supranacionais formadas por representantes dos governos, configurando um déficit democrático. No estudo intitulado *A Era das Transições*, Habermas assegura que as democracias apresentam um déficit substancial “a partir do momento em que aqueles responsáveis pelas tomadas de decisões (classificado pelo autor como círculo dos que decidem) não estão em conformidade, correspondência, com os que são atingidos pelas tomadas de decisões (círculo dos que sofrem com as decisões)” (Habermas, 2002b). Este problema pode ser identificado na própria formação da União Europeia, como sugere André Barbieri Souza, especialista em direito

constitucional da Pontifícia Universidade Católica, no Paraná, no estudo sobre o déficit democrático em Habermas, através da composição do corpo decisório, que não é eleito pelos cidadãos dos estados membros (Souza, 2007); e este déficit democrático sofre um agravamento mediante os acordos que definem os pactos de austeridade.

Na medida em que os acordos são assinados e iniciam-se as devidas implementações das medidas, evidenciou-se esta distância nas inúmeras manifestações de sindicatos, organizações e movimentos sociais que tem disputado estratégias e projetos distintos aos planos de austeridade desenvolvidos no contexto europeu. Entretanto, a forma intransigente de implementação das medidas de austeridade sugere que os moldes austeritários vigentes são a única e irrevogável resolução para a crise na zona euro. As dificuldades de promover alternativas ao modelo são imensas, uma vez que a rescisão dos acordos envolve consequências delicadas politicamente, como a possibilidade de um *default* da dívida e o conseqüente afastamento do mercado financeiro internacional e, no caso dos países da zona euro, uma possível saída da zona monetária comum e uma conseqüente reestruturação financeira. Desta maneira, a forma concreta do impacto sobre a ideia de soberania, definida aqui em termos humanos, é justificada pelos insucessos dos diversos protestos e manifestações, já que as propostas populares não tem demonstrado capacidade para alteração da situação jurídica material dos cidadãos que sofrem com as medidas de austeridade. Os apelos públicos por demissão dos respectivos governos em Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia, denotam o referido afastamento do povo, junto as suas representações estatais. A Irlanda, mesmo não fazendo parte da zona euro, é um exemplo necessário como comparação dos pormenores que a fazem uma exceção em relação aos outros três estados, no que se refere às margens de manobra nas negociações dos pactos fiscais de austeridade.

Este tipo de acordos dos Estados com as instituições financeiras internacionais, por sua natureza, retira dos cidadãos a capacidade democrática de decidir suas políticas internas, durante o processo de pagamento da dívida. Considerando que a organização dos Estados e suas políticas são a representação da cidadania e vontade de um povo, os acordos afastam substancialmente os estados em dívida das decisões populares, que neste caso da crise económica atual é percebido nitidamente na impopularidade das medidas em todos os casos, o que faz com que se questione sobre a legitimidade do governo, através dos respetivos pedidos de demissão. Posto que nesse processo de resgate o Estado deixa de representar a vontade popular pela qual foi eleito e, passa então, a um órgão executor de medidas orientadas por padrões e metas supranacionais das instituições já referidas.

A soberania como um conceito mutável só pode ganhar consistência analítica se for pensada sob o prisma da cidadania, especificamente em termos humanos, pois que se pensada apenas no âmbito do aparelho estatal, ela torna-se apenas um instrumento de retórica. Pode-se compreender a cidadania como o sentimento de pertença a uma determinada organização estatal e serve para caracterizar os direitos e deveres dos cidadãos. Este estatuto de cidadão fixa especialmente os direitos democráticos dos quais o indivíduo lança mão reflexivamente, a fim de modificar sua situação jurídica e material, como referido por Souza (2007: 1-15 *apud* Habermas, 2002a)

A mudança no papel do Estado, que passa a um executor de medidas que visam controlar os riscos da volatilidade do mercado financeiro internacional, não representa uma ameaça por si só. Talvez, sua mudança de postura e de função façam parte do desenvolvimento do mundo orientado pelos desígnios da economia de mercado, e seu desaparecimento funcional seja inevitável. Porém, esta estrutura compreendida pelas relações entre os Estados e as instituições financeiras conferem o suporte organizado

internacionalmente que impulsiona a violência, pois verifica-se no comportamento dos *international rulers* as controvérsias entre a promoção dos valores de desenvolvimento do Estado de bem-estar e de segurança humana, e as antagônicas práticas austeritárias. Estas dissonâncias indicam a hipocrisia organizada, denunciada por Stephen Krasner, e o respaldo da soberania legal internacional, que permite, mediante reconhecimento mútuo, violar certas regras do direito internacional. Não é coincidência Krasner lançar mão do termo hipocrisia, pois segundo ele, a soberania legal internacional ao facilitar acordos através de violação das regras “ [...] *offers the possibility for rulers to secure external resources that can enhance their ability to stay in power and to promote the security, economic and ideational interests of their constituents*” (Krasner, 1999: 17).

O problema fica evidenciado, então, na parcela decisória que os cidadãos têm no seio democrático dos Estados que é cedida mediante o acordo. Esta perda de poder decisório entra em contradição direta com os princípios de *soberania e democracia*. Torna-se problemática, portanto, na medida em que deixa os cidadãos vulneráveis aos impactos violentos destas medidas.

No ato da assinatura, os cidadãos perdem a capacidade de decisão sobre suas políticas econômicas, e neste momento o conceito de soberania poderia ser aplicado e compreendido em termos humanos, no sentido de demonstrar aquilo que o cidadão, e não o Estado, perde ou cede no momento exato dos acordos, ou seja, parte de sua cidadania. Esta perda somada a falta de proteção dos direitos sociais adquiridos reflexivamente proporciona o aumento gradativo da distância entre o povo e seu governo, e faz com que esta ideia de soberania deixe de expressar a coesão na esfera de autodeterminação (Habermas, 2002b) dentro do próprio Estado, tornando-se um conceito meramente retórico, devido ao choque entre as orientações das políticas internas contra a austeridade e o Estado promotor das políticas supranacionais.

Os Estados que assumem dívidas nestes moldes cedem não apenas a capacidade autónoma de decidir suas políticas económicas internas, mas também sujeitam seus cidadãos aos riscos da austeridade, que, nos casos estudados, têm demonstrado somente a insustentabilidade social e política das medidas que derivam deste modelo (Público, 2012). Perde-se sobremaneira a capacidade de gerir ou até decidir o próprio futuro, pois sujeita-se às medidas sem qualquer garantia concreta de êxito das políticas económicas implementadas. Quando os cidadãos perdem a capacidade de alterar medidas impopulares, entrega-se com ela sua respetiva parcela de soberania e, conseqüentemente, sua cidadania. Entrega-se aos resultados exigidos pela economia, direitos e potencial político de reverter a situação. Entrega-se parte de sua produção interna para pagar a dívida, o que, nos casos abordados especificamente, tal débito consegue, inclusive, superar o produto interno bruto. Por conseqüência há uma depreciação do valor do trabalho, já que parte relevante de sua produção destina-se apenas a dívida (Escolano, 2010). Estas contradições evidentes configuram a hipocrisia organizada dessa rede de relações transnacionais que dá suporte à trajetória de violência estrutural, a qual pode ser verificada adiante através dos impactos sociais das medidas de austeridade.

2.2 – Os impactos sociais das políticas de austeridade

A partir da base de dados do FMI, da Comissão Europeia e da OCDE, foram analisados de 2008 a 2013 (compreendendo, desta maneira, não apenas o desenvolvimento económico do decorrer dos empréstimos, mas também o período inicial dos *subprimes*), os seguintes itens para avaliar a evolução económica dos estados resgatados:

- Produto Interno Bruto, em preços correntes;

- Produto Interno Bruto, *per capita*, em preços correntes;
- Inflação, média de preços ao consumidor;
- Volumes de importações e exportações de bens e serviços;
- Índices de emprego e desemprego;
- Receita geral do governo;
- Despesa geral do governo;
- Dívidas líquida e bruta dos governos;

O caso grego é, dos quatro, o mais problemático em relação aos resultados apresentados desde o primeiro empréstimo até 2013 e às expectativas para o próximo decénio. A Grécia apresentou a mais alta queda referente ao produto interno bruto que retraiu de 227 mil milhões de euros para 190 mil milhões acompanhada de uma deflação de – 1.068 %. Atingiu um acréscimo de 5% nas receitas gerais em relação ao PIB, mas as despesas só recuaram 1,2%. A preocupação com a alta dívida pública gerou a necessidade de dois empréstimos junto às instituições financeiras que elevou o défice de 144,5% do PIB a 181,8 % (FMI, 2013). A parte do relatório referente às pessoas limita-se aos índices de emprego e desemprego, que no caso grego observou-se um aumento significativo na taxa de desemprego que saltou de 12,4 % para 25,3% da população activa, no fim de 2012 (OCDE, 2013). Para 2013 espera-se que este índice aumente para 27% em 2013 e, em 2014, as expectativas são de queda para 26%. As expectativas para 2013 no que se refere ao crescimento real da economia grega são de contracção de 4,2 %, com compensação de crescimento de 0,6% em 2014. O enfraquecimento da demanda doméstica referente ao consumo privado também deve permanecer (EU Commission, 2013). O que salta a vista nas estimativas é que para 2020 espera-se que a dívida grega recue para aproximadamente 160 % do PIB, facto

que leva a crer que, durante alguns anos, o estado grego estará sujeito às práticas políticas de austeridade, que reproduzem um padrão de governabilidade ao mediatizar as demandas do capital financeiro, mas não suprir, necessariamente, as carências sociais.

O caso português não foge à regra e também apresenta quedas significativas nos padrões de crescimento. O produto interno bruto apresentou um decréscimo de 172,6 para 166,7 mil milhões, ao passo que as receitas do estado aumentaram em 1,5% do PIB e as despesas gerais do governo recuaram de 51,2 % para 47,3 % em relação ao PIB. O débito líquido em relação ao produto interno passou, em três anos, de 88 % para 119,4%. Entre a população ativa, o desemprego subiu de 10,7 % em 2010 para 16,0 % em 2013, sendo que em relação aos jovens, o desemprego atinge quase 60% (OCDE, 2013). Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional publicado em Janeiro de 2013, houve um decréscimo vertiginoso em três dos quatro índices de crescimento relativos à produtividade laboral do estado. Acentuaram-se as quedas nos sectores industriais, de serviços e de construções. O único sector que apontou um crescimento substancial foi o sector agrícola. A economia como um todo, de 2008 a 2011 sofreu um decréscimo de 1% (FMI, 2013). A Comissão Europeia, em seu relatório de previsões para os anos de 2013 e 2014, apresenta pessimismo de forma contundente em relação ao crescimento real do produto interno bruto, afirmando que houve uma contração mais forte do que o esperado devido à perspectiva de deterioração no mercado de exportações. A expectativa é que o produto interno sofra uma queda de 2,7% em 2013. Para 2014, o desemprego subiria para 18,5% devido aos cortes no sector público de emprego. A dívida em relação ao produto interno está prevista para 124,5% em 2014 (EU Commission, 2013).

Na Espanha, o aumento nas receitas nos últimos três anos não foi significativo, atingindo apenas 0,3 %. As despesas tiveram um decréscimo de 45,5 % para 42,1 % em relação ao PIB. O débito líquido, por sua vez, quase dobrou em relação ao PIB, ao atingir 84,4%. O reflexo mais grave a atingir diretamente o social é o desemprego que chegou aos 25% da população ativa (OCDE, 2013). O indicador do produto interno bruto está previsto para uma contração de 1,5%, para 2013, com uma compensação de um ponto percentual em 2014 (FMI, 2013). A única fonte de crescimento tem sido o valor líquido das exportações, entretanto a demanda doméstica em relação ao consumo permanecerá em contração até 2014. Espera-se que até 2014 o desemprego supere os 27%. As previsões da Comissão Europeia, no que tange a relação entre dívida soberana e produto interno bruto, são péssimas ao afirmar um aumento de 84,4% em 2012 para 96,8% em 2014 (EU Commission, 2013).

A Irlanda, de certa maneira, representa uma exceção entre os quatro casos analisados. Entretanto, ainda que tenha apresentado os números menos desanimadores, verificou-se o aumento na taxa de desemprego, que foi a menor das quatro com 0.8 % em três anos (OCDE, 2013). Ainda com a procura interna contraída como nos casos anteriores, a Irlanda apresentou um aumento significativo na produtividade interna. Entretanto a dívida também ultrapassou a margem dos 100% em relação ao produto interno bruto (FMI, 2013). As expectativas para 2013 no que se refere à dívida pública permanecem alarmantes, de 118% em 2012 para 123% do produto interno bruto em 2013 (EU Commission, 2013). A margem de negociação da Irlanda, em relação a Espanha, Portugal e Grécia é significativamente diferente. Por não fazer parte da zona euro, observou-se uma resistência maior, inclusive governamental, diante das medidas de austeridade, tendo como exemplo, inclusive, a proposição de referendos públicos referentes aos pactos de austeridade (RT, 2012). Em Outubro de 2012, Michael Noonan,

ministro das finanças irlandês, em entrevista ao *Irish Times*, mostrou-se confiante ao entrevistador Harry McGee, em conseguir uma saída estratégica do processo de resgate. Desde então o governo irlandês empenha-se na busca de alternativas às medidas de austeridade. No final de Outubro de 2012, o governo irlandês levou ao público a decisão que acordaria ou não, mais um pacto fiscal de austeridade. Richard Boyd Barret, membro da aliança de esquerda no governo irlandês, afirmou, em entrevista ao *Russia Today* em 31 de Outubro de 2012, que a questão fundamental que deve ser debatida, não apenas na Irlanda, mas como em toda a Europa, é se seria válido submeter-se ao risco de uma austeridade permanente, já que as expectativas de cumprimento dos pactos fiscais estender-se-iam, minimamente, por mais de uma década.

Algumas advertências sugeridas tanto nos relatórios do FMI, quanto nas previsões da Comissão Europeia foram coincidentes em todos os casos, que são as questões que permeiam a ênfase na necessidade de um balanço fiscal austero por parte dos governos, como sendo a esperança de retomar o equilíbrio no mercado financeiro internacional. Outra advertência recorrente nos quatro casos é a ênfase no facto de que os riscos das medidas dependem diretamente do ambiente macroeconómico, que no caso europeu não é nem um pouco animador.

As medidas de austeridade, segundo o que apontam os indicadores, não deram mostras de melhoria, nem na condição social dos cidadãos, nem nos indicadores de crescimento económico, nos ditos cinco anos de recessão, ao contrário, indicaram um agravamento dos problemas após os acordos. As expectativas não conseguem ser otimistas nem no âmbito interno, nem no âmbito macroeconómico. Nos quatro casos as práticas políticas consideradas de austeridade estarão sobrepostas, por prazo indeterminado, às necessidades sociais que são suprimidas no momento exato do compromisso com as instituições financeiras internacionais.

Estruturalmente isso representa politicamente uma vulnerabilidade dos cidadãos decorrente da incapacidade de agir sobre a perda de seus direitos sociais e económicos (subsídios, pensões, salários, empregos, saúde, educação e outros), e demonstra a violência inerente à ordem social ao afetar não somente os padrões de vida, mas também as chances de sobrevivência, tendo em vista a questionável distribuição dos recursos nestas sociedades, no contexto de austeridade. Sendo assim, a partir da definição de violência de Galtung, as medidas de austeridade reduzem o nível real de satisfação das necessidades humanas básicas abaixo do que é potencialmente possível.

Desta relação degradante entre produção e dívida supõe-se uma desvalorização substancial do trabalho, uma vez que, o desemprego alarmante tira de circulação parte do potencial de consumo que alimenta a produção (EU Commission, 2013). Isto é, o aumento na demanda por empregos e a redução de ofertas dos postos de trabalho, para conter gastos, deprecia o valor por horas trabalhadas. Coadunados com a depreciação do trabalho, os cortes no sector público, como pensões, subsídios, saúde e educação retiram do cidadão a segurança do estado de bem-estar.

A análise destes dados, a partir das práticas de austeridade, aponta rigorosamente para o empobrecimento destas sociedades, segundo as estatísticas supracitadas. O que significa que o estado de bem-estar, conquistado historicamente, – e sendo exigida a sua manutenção como responsabilidade de um Estado soberano – deixa de ser um imperativo, ao ser substituído pela necessidade maior de saldar os compromissos da dívida através das medidas de austeridade orientadas sempre à redução máxima das despesas estatais, ao aumento nas receitas através de acréscimos na arrecadação e à inversão do empréstimo em recapitalização de bancos estratégicos. Isto quer dizer que não há investimentos reais em termos sociais como alternativa às práticas

mencionadas, pois adota-se o empobrecimento como única solução e o pagamento dos compromissos como prioridade, em função de uma fórmula deveras questionável.

Se os princípios da segurança humana fossem tomados a sério, poder-se-ia considerar a desvalorização do trabalho e o empobrecimento compulsório, através destas práticas, uma agressão recorrente quando os altos valores das dívidas públicas são assumidos como um possível problema para o mercado financeiro internacional, como visto nos vários exemplos de empréstimos junto as instituições financeiras internacionais. Desta maneira, estas práticas políticas tornam-se recorrentes no sistema neoliberal que, ao reproduzir esta forma de exploração económica imprime, a cada compromisso de empréstimo, um controlo maior das orientações estatais.

A comparação entre o estado de bem-estar atingido pelos Estados europeus em causa e suas respectivas situações socioeconómicas, após as medidas, revela a distância, entre o atual e o potencial, apontada por Galtung (Galtung, 1969). A proteção dos direitos sociais e económicos e um determinado padrão de vida atingidos, sobretudo após a união monetária na zona euro, mostra-se vulnerável diante das necessidades do controlo supranacional das dívidas. Assim, vive-se a degradação de um padrão de vida possível, já que este fora experimentado antes da “crise económica”, no seio de toda insegurança proveniente do lancinante empobrecimento gradativo na realidade social. Portanto, a ameaça frente ao futuro dos cidadãos, que já não contam mais com seus Estados para atenderem aos seus desígnios de bem-estar, indica que há violência na distância impressa no que se pode ter, em termos de direitos sociais e proteção do bem-estar, e o que hoje se tem construído. A causa desta distância seria, então, o impacto das medidas austeritárias na vida dos cidadãos, que no momento dos acordos têm seu empobrecimento decretado e suas capacidades de desenvolvimento humano seriamente comprometidas. As medidas de austeridade priorizam o aumento de arrecadação fiscal,

os cortes nos investimentos públicos e a recapitalização de bancos estratégicos em detrimento dos direitos conquistados, dos investimentos sociais e da valorização do trabalho, ou seja, há uma sobreposição do imperativo da dívida pública e seus compromissos transnacionais intrínsecos, em relação ao estado de bem-estar que já se teve e é possível.

Neste sentido, a ideia de soberania como autodeterminação não traduz as circunstâncias, às quais os Estados estão condicionados no decorrer do resgate, pois, seguindo a lógica de Krasner, o acordo mútuo confere à soberania legal internacional a flexibilidade de violação de certas regras, devido a ausência de uma estrutura organizada para coibir ou proibir a violência estrutural (Krasner, 1999).

Todos os governos eleitos nos países europeus durante o processo de crise foram eleitos democraticamente, defendendo as plataformas de austeridade. Entretanto, sujeita-se às condições de uma democracia *eleitoreira*, evidentemente menos representativa, e aos acordos que impulsionam a violência por tempo indeterminado, visto que as expectativas para redução da dívida estendem-se para os próximos vinte anos. É neste ponto que se verifica a transição do papel do Estado que passaria então, a uma soberania regulada sujeita às imposições de políticas externas por tempo indeterminado, ou, nas palavras informais de José Saramago, o Estado passaria a mero comissário do poder económico internacional. Isto quer dizer que esta rede de relações transnacionais, que viola a soberania popular, a democracia e os direitos humanos básicos, representam a organização estrutural que dá suporte as violentas medidas de austeridade.

Capítulo 3 - Violência Cultural: identificação dos elementos culturais

Os estudos sobre a distinção entre violência direta e estrutural gerou frutos consistentes. Em 1990, Galtung publicou um trabalho que sugeria que a conjugação das violências poderia ser percebida na forma de um triângulo. Segundo esta percepção, os elementos culturais seriam os suportes legitimadores das violências anteriores, um elo que as correlaciona. Pode-se definir a violência cultural “[...] *as any aspect of a culture that can be used to legitimize in its direct or structural form*” (Galtung, 1990: 290).

A sugestão analítica oferecida por Galtung é identificar o elemento cultural e mostrar, empiricamente ou potencialmente, como pode ser utilizado para legitimar as outras duas violências (*ibidem*, 1990: 296). Os elementos culturais passíveis de análise, indicados pelo autor, estão circunscritos no interior das divisões a seguir: Religião e Ideologia, Arte e Linguagem, Ciência empírica e Ciência formal.

No sentido de complementar a análise de Galtung, serão utilizados os estudos de Ernst Cassirer que propõem a sistematização dos elementos simbólicos que constituem uma filosofia da cultura humana, nomeadamente o *Ensaio sobre o homem* (Cassirer, 1944). Ao introduzir o elemento de produção da cultura, o estudo permite perceber os movimentos de formação dos sistemas de referências simbólicas do sujeito cognoscente diante da realidade.

Os elementos identificados no processo marcado pela austeridade nos Estados europeus são referentes à ideologia, à linguagem e à ciência, especificamente a economia. A essa construção dos sistemas de referência derivados desses elementos subjaz uma disputa inerente ao desenvolvimento cultural. Esta disputa fica clara através da análise de Pierre Bourdieu sobre o *Poder Simbólico*, e o conceito tem como função

sustentar a justificativa sociológica de construção da ideia de “crise económica” e verificar o processo de legitimação da violência estrutural e da violência direta. No primeiro momento serão analisadas as possíveis leituras do processo de “crise”, assim como as disputas dos sistemas de referências no contexto abordado. No segundo momento serão analisadas as práticas políticas usualmente legitimadas pelas violências.

3.1 - O poder simbólico e as leituras possíveis do processo de austeridade

Todo contexto social traz consigo uma circulação de ideias vinculadas à tentativa de descrever, explicar e ordenar sistematicamente a compreensão das circunstâncias particulares desta determinada conjuntura (Cassirer, 1944). Ernst Cassirer compreende que o primeiro passo imediato para produção da cultura, a qual ele arrisca chamar de humana, deve-se ao contacto imediato com o meio ambiente em analogia direta ao sistema de referências e experiências do sujeito cognoscente. A produção da cultura humana, segundo a análise de Cassirer, refere-se às atividades de produção derivadas das formas simbólicas (o mito e religião, a arte, a linguagem, a história, a ciência) cognoscíveis do sujeito (Cassirer, 1944: 48).

Ao admitir que a produção cultural deve-se às atividades motoras das formas simbólicas, Cassirer sugere que os instrumentos simbólicos, os quais formam a estrutura de inteligibilidade humana, atuam a partir da subjetividade (Bourdieu, 1989). Marx trata este papel ativo dos instrumentos simbólicos nos termos da ideologia. De uma forma mais direta, Marx assume a ideologia como um sistema estruturado para cumprir a função de dominação de classes que atuaria no sentido de alienar a população. Percebe-se que tanto Marx como Cassirer, ainda que este último não discorra fundamentalmente

sobre a divisão do trabalho, tratam a formação do sistema de referências através de uma influência recíproca entre sujeito estruturante e objeto estruturado. Analisando esta influência Bourdieu avalia que esta relação dialética só é perceptível na medida em que é reconhecida, ou melhor, ignorada como arbitrária (Bourdieu, 1989: 14).

Análoga a essa relação, a disputa das ideias políticas para construção das referências de inteligibilidade do processo económico também é marcada por esta dialética. Entretanto, não há correlação de forças entre as capacidades de construção dos sistemas de referências, quando se compara a estrutura mediática e os instrumentos políticos de representação do mundo social com o potencial de produção dessa representação, quando formulada por outros setores da população. Esta disputa desigual de produção dos sistemas de referência Pierre Bourdieu justifica através do Poder Simbólico (*Ibidem*, 1989). Esta breve explanação sobre ideologia e cultura servirá para organização do sistema de ideias de resistência que se articulam e emergem da conjuntura da “crise económica”, e entram em confronto direto com o sistema de referências simbólicas ou ideológicas nos discursos propostos como justificativa dos Estados sobre o processo de “crise”.

O primeiro passo a ser dado é questionar a construção da ideia de crise. Jutta Weldes, em estudo sobre a questão dos mísseis em Cuba, argumenta que as diferentes narrativas e possibilidades de compreensão dos processos de crise indicam que não há uma crise objetiva aguardando para ser descoberta e observada por analistas, mas ao invés disso “*events are differently constructed as a crises, or not constructed as a crises at all*” (Weldes, 1999: 40). O ponto principal desta argumentação para efeitos aplicáveis ao estudo da “crise económica global” é a assunção de que qualquer situação com a denominação de “crise”, só pode ser reconhecida através das perguntas: Para quem a situação é um problema? Para quem a situação é crítica? Para quem é urgente?

A partir destas perguntas formuladas pela autora, pretende-se compreender como a ideia de crise se fundamenta e como agem os Estados em função desta ideia.

Diz-se que o processo de crise foi iniciado em 2008, após a chamada “crise dos *subprimes*”. “Crise” porque alguns grandes bancos dos Estados Unidos e da Irlanda estavam insolventes, e, devido à interdependência do mercado financeiro, a crise se estenderia para outros bancos, nesta rede complexa de relações, interferindo diretamente na economia dos Estados. A crise enquanto termo no discurso ficou caracterizada pela insolvência do mercado financeiro internacional coadunada à relação dívida/PIB, mencionada anteriormente. Isto quer dizer que o recuo acentuado nos níveis de crescimento de alguns Estados associado à insolvência em grandes bancos somou-se às vultosas dívidas orçamentárias e gerou a questão do empréstimo de Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia. A difusão da palavra crise exerce, neste caso, o poder simbólico proposto por Bourdieu, já que ignora-se arbitrariamente os fundamentos estruturantes desta ideia (Bourdieu, 1989: 15). Este poder simbólico atua na legitimação e reconhecimento de um problema de volatilidade no mercado financeiro internacional e na verificada aceitação da transferência deste problema para os cidadãos, sob as formas da austeridade. E atua no campo linguístico ao adotar a palavra “crise”, como se o evento fosse um problema de todos. Em outras palavras transfere-se um problema do nível estrutural, para o nível populacional. A componente ideológica imanente a esta aceitação é o poder simbólico exercido pela economia de livre mercado, instituída de maneira intransigente como modelo a ser adotado universalmente, como foi visto na organização da violência estrutural.

A postura derivada do estado de crise é, como ficou conhecida, a austeridade. Resumidamente pode ser lembrada como reformas estruturais, cortes nos investimentos dos Estados (os quais costumam ser chamados equivocadamente de

gastos) e redução de direitos sociais e económicos. Como foi adotado pelos governos e por parte da grande media o termo “crise”, justificou-se arbitrariamente a teoria a qual julga que é a alta dívida que provoca o decréscimo económico (e não que o baixo crescimento pode aumentar a dívida).

Outro tipo de elemento cultural que pode ser evidenciado é o aspeto referente ao poder simbólico da economia, enquanto ciência empírica. A instituição das técnicas e procedimentos complexos da disciplina económica fundiu-se à base da organização dos Estados modernos, de tal maneira que se torna uma exigência, supostamente condicionante, para inteligibilidade dos processos sociais. A exigência implícita dos conhecimentos e técnicas, não só para a prática política e diplomática, mas também para compreensão dos fenómenos económicos, tornam um fator de exclusão e afastamento da maior parte dos setores destas sociedades (Bourdieu, 1989: 165). O poder simbólico atua aqui na entrega da representatividade dos sujeitos a um grupo bem limitado de representantes, cujas medidas de austeridade tornaram-se irremediáveis e, para muitos cidadãos, indiscutíveis, haja visto as eleições dos representantes que defendiam a austeridade nos quatro casos.

Pode-se, então, assumir que o discurso de “crise económica e austeridade” exerce o poder simbólico ao estruturar-se em termos ortodoxos, de forma arbitrária. Bourdieu define esta ortodoxia – que é o poder simbólico na formação destas ideias - como uma contribuição da violência simbólica para a violência política, através da divisão do trabalho de dominação sobre o campo de inteligibilidade do processo socioeconómico (Bourdieu, 1989: 16). Isto porque a relação de força para difusão do discurso é justificada de forma arbitrária, sendo suas ideias (crise e austeridade) operadas pelos Estados, pelos médias e pelas instituições internacionais, atendendo a interesses particulares, e não públicos, na construção da inteligibilidade do fenómeno.

Sob a ótica conceitual da violência em Galtung pode-se compreender o processo de construção da ideia de crise como elemento legitimador das políticas subsequentes, pois seu reconhecimento implicou diretamente nas respostas políticas de austeridade e na transferência da responsabilidade do sector financeiro ao cidadão que deve, também, comportar-se de maneira austera, no que se refere as alterações drásticas nos seus padrões de vida. Isto quer dizer que a construção dos instrumentos simbólicos para justificação da situação económica gera naturalmente uma insegurança em relação ao futuro económico do Estado e, por conseguinte, no planeamento individual dos cidadãos.

As manifestações que ocorreram, e ainda têm ocorrido, contra a forma de condução do processo de “crise” também geram instrumentos simbólicos de inteligibilidade que se articulam e confrontam o sistema de referências difundido publicamente (ideias de crise e austeridade). Estes instrumentos que surgem em desacordo ao discurso difundido mais amplamente são tratados por Bourdieu como a heterodoxia (Bourdieu, 1989: 16), que seria o fator dialético fundamental para a construção da leitura do fenómeno económico abordado.

Já nas primeiras manifestações do movimento 15-M, uma forma de leitura da situação económica apresenta-se completamente diferente das justificativas, quase consensuais, dos governos e instituições internacionais, reproduzidas pelos meios de comunicação (El País, 2011). A começar pela especulação da responsabilidade da dívida, a divergência fundamental é que em todas as manifestações, nos quatro estados, o sistema bancário foi apontado como causa da alta dívida. Aqui, sugere-se que a expressão “crise económica” não aponta um responsável definido, apenas indica uma postura a ser assumida em âmbito social para solução do problema, por intermédio da palavra austeridade. Os movimentos sociais apontaram diretamente como responsáveis

o sistema bancário e as instituições financeiras internacionais. A relação de força em disputa pelo poder simbólico das ideias em questão evidencia, por um lado, que a crise económica precisa de uma atitude austera para ser solucionada, isto implica assumir o processo de crise como um problema conjuntural (ortodoxia). Por outro lado, a crise é de responsabilidade da ingerência bancária nos estados e das pressões derivadas das relações dos estados com as instituições financeiras, ou seja, a solução para esta proposição assumiria uma problematização estrutural, na medida em que implicaria em uma mudança radical nas relações de interdependência do mundo globalizado (heterodoxia). Esta divergência de leituras de um mesmo fenómeno deve-se propriamente ao carácter subjetivo de construção destes sistemas de referência. Por não existir a possibilidade objetiva ou consensual de justificativa do fenómeno, os problemas desta disputa de poder têm sua forma mais evidente nos desdobramentos das manifestações.

A questão desta disputa de poder simbólico é assumida como problema analítico quando as medidas políticas desconsideram o sistema heterodoxo ao cumprir apenas um dos sistemas de referências em disputa, exercendo assim o carácter dominante que desequilibra a relação de força. Esta seria, então, a contribuição da violência simbólica para a violência política (Bourdieu, 1989: 16).

As respostas a esta violência de raiz económica configuram-se nos conteúdos das reivindicações dos diversos manifestantes em Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda. Como principais referências para a compreensão do panorama simbólico apresentado nas manifestações, foram destacadas as seguintes expressões: Democracia Real, Já e a Dívida Bancária, que foram mencionadas nos quatro estados, em meio a tantas outras que direcionam a crítica, de uma maneira mais ou menos confluyente, neste mesmo sentido. A comparação desta leitura em confronto à leitura de crise económica e estado

de austeridade induz a duas maneiras completamente distintas de se resolver um problema.

Os conteúdos subjacentes às ideias de democracia real e dívida bancária permeiam um alvo de crítica e uma solução, ao sugerirem a incapacidade democrática de lidar com o fenómeno chamado de “crise económica”, e de apontarem a raiz do problema na referência ao sistema bancário e sua rede internacional de relações por dívidas. Para uma compreensão mais clara, foram observadas no campo artístico algumas intervenções que ajudam a dar coesão às críticas e às formas de interpretação do fenómeno nos quatro países.

Através das redes sociais que conectam inumeráveis informações através de ações virtuais das pessoas conectadas à sua plataforma virtual e também das pessoas de fora do seu grupo relacional, os protestos globais contra a violência económica ganharam mais coerência. Este compartilhamento possibilitou a formação de diversos grupos em países diferentes, com os mesmos princípios de democracia participativa e denúncia ao poderio das instituições financeiras. Esta nova dinâmica de difusão da informação conectou pessoas em 82 países que se ergueram em uma manifestação transnacional no dia 15 de Outubro com os mesmos objetivos. Os movimentos espalhados por 5 continentes em 951 cidades atingiram, em cada grande metrópole, mais de cem mil manifestantes (El País, 2011).

O documentário *Zeitgeist*, por exemplo, abordou em 2008 a problemática da operação dos derivativos bancários e da produção financeira a partir de dívidas. Sua tradução para “espírito do tempo” assume como reação da alta vigilância da sociedade contemporânea, o desenvolvimento de uma sociedade anónima, virtual e representante ativa para um movimento de mudança, sobretudo no que tange a revolução na

consciência. O filme é oriundo de um movimento virtual, de mesmo nome, e atua diretamente na formação do grupo *Annonymous*. Ambos destacam a necessidade de uma atuação virtual nas redes sociais para organização de manifestações, debates de ideias de transformação em níveis globais, o que denota o carácter estrutural do problema. Os quatro países têm sua extensão virtual própria para o sítio *Annonymous*, democracia real já, *zeitgeist* e outros movimentos traduzidos virtualmente em várias línguas. Um símbolo que aparece constantemente nas manifestações, confluindo a mesma ideia de anonimato, é a máscara de Guy Fawkes do filme *V for Vendeta*, que representa resumidamente a sobreposição da ideia ao rosto, garantindo o carácter anónimo e incorporando uma luta da ideia contra um inimigo que não tem o rosto bem definido. Na Grécia foi produzido um documentário intitulado *Debtocracy* que, a partir de análises de intelectuais, fez uma leitura do fenómeno, direccionando também a crítica ao sistema bancário operado por dívida e a consequente pressão do mercado financeiro nas políticas de estado. Em Portugal, para além das músicas bem conhecidas do cantor Valete, contra o sistema capitalista no álbum intitulado Serviço Público, assistiu-se a um grande coro de Grândola Vila Morena em todo país, em simultâneo, como um símbolo exigente por democracia. Esta mesma canção reverberou em uma das manifestações do movimento *15-M* em Madrid, ao som de uma orquestra organizada pelo próprio movimento, através das práticas de acampadas. Os presentes exemplos de intervenção servem apenas de alegoria para as principais formas de representações das ideias dos manifestantes influenciados reciprocamente pela dinâmica das redes sociais. Entretanto, enriquecem as possibilidades de leitura do fenómeno da crise e ajudam a perceber a construção arbitrária da ideia de “crise e austeridade” como um sistema de referências imposto na disputa de poder pelo modo de leitura do processo.

3.2 - Orientações e práticas políticas resultantes da leitura ortodoxa

A orientação neoliberal instituída no sistema internacional voltada para a economia de livre mercado, por intermédio da exigência de um padrão de crescimento que viabilize a estabilidade do mercado financeiro internacional, gera determinadas respostas políticas ordinariamente semelhantes em contextos nomeados de “crise económica”. Através da interação entre os governos e as instituições financeiras internacionais, estas respostas têm sido aplicadas com tal regularidade que se pode chama-las de práticas políticas do modelo neoliberal. Neste sentido, esta parte do estudo é reservada a indicar estas práticas políticas nos contextos de resgate financeiro, e seus consequentes resultados sociais, com a intenção de verificar em que medida a leitura ortodoxa legitima as práticas prescritas na violência estrutural.

Atendo-se ao contexto europeu da atual “crise económica”, é possível identificar as incidências das mesmas medidas políticas adotadas como solução, para retomada do crescimento económico e equilíbrio do mercado financeiro internacional.

Os casos aqui tratados restringem-se aos estados que solicitaram resgate às instituições financeiras internacionais, porém se analisadas nos termos culturais propostos por Galtung, as práticas políticas abordadas aqui ganham o carácter de permanência quando inseridas no contexto neoliberal. Pois, as soluções em casos de aumento da dívida pública, em cenários de crise económica, apresentam elementos comuns em termos políticos, como supostas regras económicas. Ainda que as medidas de austeridade no contexto dos resgates possam ser diferenciadas das medidas contra as crises anteriores aos empréstimos, verifica-se uma direção essencial comum, subjacente

à presença invariável de componentes idênticos nos casos de elevadas dívidas públicas (Ortiz, 2012).

Como o foco do estudo limita-se aos países europeus que solicitaram o resgate, assume-se a “crise económica” atual como sendo uma conjuntura específica do neoliberalismo, e que as práticas políticas nestes casos de empréstimos são, apenas, uma reprodução mais grave dos contextos em que os empréstimos não são necessários. Logo, pode-se, em casos de empréstimos ou não, atribuir a estas práticas o valor cultural referido por Galtung, como legitimador dos comportamentos e normas nas políticas económicas.

As propostas de redução drástica das dívidas públicas têm sido tratadas da mesma maneira tanto em casos de resgate ou fora dele. A base comum aplicada é a limitação nos subsídios, aumento de taxas nos bens básicos, aumento nas contribuições de empregadores e empregados e cortes no sector público (Callan, *et. al*, 2011). O empréstimo derivado dos acordos entre o Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia foi revertido para recapitalização dos bancos nos quatro casos, Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda. Esta orientação comum nestes casos de empréstimos com as instituições financeiras internacionais não apresenta nada de extraordinário quando se trata das interações destas com os estados, pois é entendida como uma máxima para o crescimento e direciona-se sempre ao enxugamento das despesas estatais e recapitalização dos bancos em vias de pagar a dívida no prazo estipulado (Reinhart e Rogoff, 2010), já que o equilíbrio do mercado financeiro fundou-se como um imperativo categórico do neoliberalismo.

A questão é que há alternativas em contrário ao empobrecimento dos estados e recapitalização dos bancos, mas não ganham força no exercício da política comprometida com os acordos de resgate, uma vez que cede-se parte da soberania no

momento dos acordos, tornando o Estado mero executor de medidas padronizadas para atender aos interesses do mercado financeiro.

Capítulo 4 - Violência Direta: indicadores para observação da violência física

Como já referida anteriormente, a violência direta é facilmente identificável através da intencionalidade de agressão no nível do facto. Como se trata da violência física, o nível do facto foi construído a partir da observação das manifestações em resposta aos processos austeritários nos quatro Estados, ao longo do período de 2011 e 2013, desde quando iniciam-se as grandes manifestações organizadas em espaço público até a época de redação do estudo.

A primeira parte da observação da violência direta tenciona identificar as diversas formas e estratégias das resistências civis derivadas das disputas políticas e diplomáticas no cenário europeu. A segunda parte dedica-se à análise da organização das forças policiais para dissuadir as manifestações e propostas em contrário aos modelos de austeridade aplicados. Tenciona-se com isso demonstrar como a trajetória estrutural da violência ao ser legitimada pela violência cultural torna-se uma semente com um alto potencial de combustão para a violência física. Se forem levadas em consideração as dinâmicas das guerras atuais, as conflitualidades internas ganham mais relevância pelo aumento substancial de suas incidências nas democracias liberais, isoladamente ou simultaneamente, no período analisado. Esta relevância sugere um alerta sobre o potencial de violência dessas conflitualidades, tendo em vista sua dimensão transnacional, e exige repensar: Vivem em paz os Estados resgatados e seguros os seus cidadãos?

4.1 - Da implementação da austeridade à organização de resistências

A partir das trajetórias de violência anteriores, serão observadas agora as formas de resistência aos processos de austeridade, seus processos de organização, suas reivindicações específicas e algumas intervenções culturais inseridas no debate contra as violências mencionadas anteriormente. A identificação da ameaça, neste caso de violência direta, comporta suas evidências nas respostas dos respectivos governos contra as manifestações.

Já em 2010 foram registadas as primeiras manifestações contra a situação económica grega, quando começava-se a discutir a necessidade dos empréstimos ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Central Europeu. Como as manifestações não conseguiram êxito no sentido de evitar o processo político que culminaria nos empréstimos, as reivindicações foram ganhando maiores proporções, e os problemas das altas dívidas públicas foram deflagrados, também, em outros países europeus, como Irlanda, Islândia, Portugal, Espanha, Itália e, recentemente, Chipre (Público, 2013). Em meados de 2011, um notável movimento conseguiu reunir diversas pautas de reivindicações partidárias e sindicais propondo alternativas ao modelo de austeridade, tanto no aspeto dos direitos quanto no aspeto da intransigência da implementação das medidas.

Essas organizações uniram-se em espaços públicos aos novos movimentos vinculados as redes sociais iniciado pelas redes sociais com o nome de “*Democracia Real, Já*”, na Espanha, convocou, no dia 15 de maio, uma grande manifestação contra as práticas políticas já mencionadas e exigindo um poder participativo no processo democrático que impedisse o avanço da austeridade.

A capacidade de organização da manifestação na Espanha obteve grande êxito, e a percepção de um problema económico que apresentou-se em escala global proporcionou, ainda no mesmo ano, uma manifestação global no dia 15 de Outubro (El País, 2011). Vários cidadãos de diversos países do mundo foram às ruas clamando contra as atitudes políticas derivadas da pressão imposta pelo mercado financeiro internacional e as subsequentes recapitalizações bancárias.

Até o ano de 2013, várias manifestações ocorreram ao redor do mundo com reivindicações semelhantes. A nova dinâmica do meio técnico científico informacional, por intermédio das redes sociais, conseguiu difundir críticas simultâneas direcionadas aos alvos supranacionais, já mencionados. A identificação de uma proposta crítica comum com carácter transnacional uniu, ao longo dos últimos três anos, diversos sectores da sociedade em defesa dos direitos que estariam sendo abdicados, por consequência dos acordos com as instituições internacionais.

Como o foco do presente estudo está nos países que pediram resgate à *Troika*, detém-se a atenção nas manifestações sociais que ocorreram em Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal. É importante ressaltar que a primeira proposta de um movimento unívoco, em âmbito internacional, a qual partiu do 15-M na Espanha, propunha-se publicamente pacífica, com seu modelo de assembleias públicas em acampadas, nas principais praças das cidades. Este fator é importante para que se compreenda a última trajetória que encerra o triângulo das violências.

O terceiro nível do triângulo das violências é representado pela violência direta, ou seja, a violência evidenciada no contacto direto entre um mínimo de dois corpos, sem a existência de intermediário. Esta apresenta-se simplesmente como violência física (Galtung e Tord, 1971). Das três formas apresentadas, esta é a mais sensível no que se refere à percepção. Uma vez que, por ser direta, é a mais evidente. Entretanto é

necessário um cuidado analítico para não chegar ao dilema das questões: Quem agrediu primeiro? Ou Quem bateu mais forte? Para que isto não ocorra, posto que não se tem solução, foi necessário demonstrar onde as raízes desta violência estão enterradas no intuito de evitar as conflitualidades da violência direta. Visando atingir tal fim, analisou-se a proposta pacífica inicial das manifestações e os subsequentes casos de agressões, com isenção sobre a busca da culpabilidade do agente da violência direta. Isto quer dizer, que qualquer tipo de agressão será tratado como anomalia passível de ser evitada no processo de sustentabilidade da paz, já que quando oriunda dos policiais é uma responsabilidade funcional, e quando deriva dos manifestantes é uma expressão da ausência de respostas políticas que contemplem as manifestações.

Sendo importante para a construção da trajetória desta violência, observou-se inicialmente o desenvolvimento das manifestações e seus instrumentos culturais e ideológicos análogos. Todo movimento social desta proporção é análogo ao contexto teórico e cultural do seu próprio tempo, ou seja, não é possível separá-lo das ideias que circulam e o enquadram em uma conjuntura determinada. Neste caso, a conjuntura determinada é o impacto da crise econômica nos países em questão. É importante dizer análogo, pois não é lógico admitir as manifestações como consequências diretas da crise econômica, uma vez que os motores de suas fundações transcendem a questão da austeridade em si, alavancando críticas ao modelo democrático, às instituições bancárias e às instituições internacionais. Críticas que convergem com lutas históricas protagonizadas por organizações partidárias, sindicais e movimentos como o feminismo, LGBT, estudantis e outros tantos preocupados com a violência estrutural do modelo de livre mercado, suas consequentes práticas políticas e sua legitimação cultural. Afirmar que as manifestações são uma consequência lógica da austeridade é assumir ao mesmo tempo que elas acabariam com o fim da dívida e que são

independentes de suas ideologias fundadoras, e isto seria um reducionismo da realidade. Neste sentido, encaram-se estas manifestações como uma tendência dos novos tempos inclinada a mover-se contra estas violências e a favor de um novo modelo democrático, visto que o maior problema evidenciado pelas outras trajetórias de violência reside justamente na distância crescente entre os estados e seus cidadãos, que perdem proteção aos seus direitos sociais, culturais e económicos. Tendo apenas o mecanismo de eleições de representantes para solução do problema, os cidadãos perdem gradualmente seu poder participativo, já que os estados, sobretudo os sujeitos à imposição da cultura de austeridade, cedem autonomia administrativa às exigências do mercado financeiro e às instituições internacionais.

As manifestações atingiram tamanha adesão que seria fácil supor uma ausência de uniformidade nas reivindicações. A disputa política tomou os espaços públicos ao passo em que as respostas políticas não contemplavam as reivindicações, o que tornou inevitável as frequentes cenas de violência física observadas nos quatro casos.

4.2 – Repressão e a imposição de uma cultura

A disputa de poder simbólico interfere diretamente no desenvolvimento das manifestações. A manifestação do dia 15 de Outubro marcou o carácter transnacional da crítica ao unir diversos cidadãos do mundo sob a leitura de um problema político e não de uma “crise económica”, como se pretende difundir a ideia. Apresentando-se como manifestação global pacífica para chamar a atenção para a questão política, o movimento não obteve êxito, no intuito de abrir precedentes para um diálogo político que pudesse gerar alternativas contra o empobrecimento. Contudo, as manifestações não cessaram em 2011 e permanecem até hoje exigindo uma mudança política.

O crescimento vertiginoso do partido de esquerda grego *Syriza*, o qual propunha suspender a austeridade é apenas um dos outros tantos partidos, historicamente reconhecidos como de esquerda, com propostas sistematizadas de alternativas aos modelos de austeridade. O partido argumenta que austeridade é o problema e não a solução (Público, 2012).

Cada movimento partidário apresenta sua própria proposta específica, destacam-se em Portugal as denúncias explícitas de roubo e punição aos perpetradores, alavancadas pela organização partidária Bloco de Esquerda. Esta denúncia pública em *outdoors*, chama atenção por inverter a responsabilidade da crise aos que roubaram o país, atacando diretamente a composição corrupta do sistema político e suas relações com as instituições financeiras. Juntamente com outros partidos, reforçam o coro de não legitimidade do governo composto pelos partidos de direita, identificados na coligação do Centro Democrático Social-Partido Popular em aliança com o Partido Social Democrático.

No caso da Espanha, mais do que na consistência das denúncias dos partidos de esquerda e suas propostas, a ausência de representatividade da estrutura política como um todo ficou evidente na quantidade grande de abstenções, nas eleições que elegeram o Primeiro-Ministro Mariano Rajoy do Partido Popular, que por sua vez defende com veemência a austeridade; e marcante também nas denúncias frequentes de uso desproporcional das forças policiais, o que evidencia claramente a intransigência governamental. Um caso que ficou emblemático na Espanha, em termos de violência, foi o suicídio de uma trabalhadora durante os cumprimentos das medidas de desalojo, derivadas da austeridade.

Essas disputas no cenário político interno dos Estados refletiu nas estratégias de todos os movimentos nas disputas no espaço público referentes às manifestações, que combinaram críticas contra os respectivos governos, contra a austeridade, contra o capitalismo, contra a repressão policial, contra a democracia representativa, contra o sistema financeiro internacional, enfim, tantas, e tão difíceis de convergir em termos práticos de organização, que as sementes das violências, estrutural e cultural, impulsionaram as conflitualidades físicas.

É importante desenvolver neste ponto uma análise sobre as dinâmicas das redes sociais como instrumentos de organização das manifestações, pois a internet tem sido fundamental tanto para as organizações mais estruturadas quanto para os novos movimentos que ganharam relevo e difundiram-se pela rede informacional.

É desta maneira que o movimento 15-M difunde-se com o objetivo de exigir uma verdadeira democracia, uma vez que o modelo político estabelecido não é satisfatório em termos de participação política, segundo o próprio movimento (*Manifiesto Democracia Real, Ya!*, 2011). Através da internet, criaram-se páginas e comunidades nos sítios de relacionamentos virtuais que esclareciam as reivindicações e propunham uma manifestação no dia 15 de maio de 2011, para exigir dispositivos democráticos que possibilitem mais participação nas decisões política aos cidadãos. Os principais alvos de críticas foram as grandes instituições bancárias transnacionais, devido às medidas de, em vias de conter um possível colapso económico gerado pela “crise financeira internacional” (El País, 2011).

A manifestação reuniu mais de 100 mil pessoas na Praça do Sol no centro de Madrid e milhares de outras pessoas em toda a Espanha. Estruturando-se em acampadas, permaneceram organizados por mais algumas semanas. Desde o princípio

declarando-se pacífico, o movimento organizou assembleias populares para assentar suas propostas e formas de ação. A proporção alcançada pela manifestação na Espanha ganhou visibilidade em vários meios de comunicação e tornou-se notícia no mundo, quando teve seu manifesto redigido na madrugada do dia 18 de maio como resultado das assembleias populares.

Formam-se, a partir daí, pequenos grupos de pessoas chamados acampadas ou ocupações, como o caso da acampada de Barcelona estabelecida até após as eleições espanholas, que organizam as assembleias e os materiais que formam a estrutura das manifestações (equipamentos de som, megafones, faixas, tintas, bandeiras, cartazes, panfletos, sítios de debate, *blogs* e outros). Interconectados pelas redes sociais, mais movimentos, sítios e páginas de relacionamentos são criados e desenvolvidos para difundir as ideias e dar corpo ao processo, dentro e fora da Espanha. No dia 25, três dias depois das eleições espanholas, já contavam-se 706 acampadas pelo mundo.

Mesmo sem ser um movimento partidário, nem com lideranças ou bandeiras definidas, conjugou-se, ao longo desses quatro anos de manifestações, a muitos mais sectores sociais organizados nas manifestações, inclusive pessoas que não fazem parte de movimento algum passaram a aumentar o número de vozes nas ruas e praças das cidades. A heterogeneidade das manifestações tornou difícil a unicidade da luta e a proposta pacífica inicial das manifestações acabou por perder-se, pela incapacidade recorrente de se reverter o processo caracterizado pela austeridade.

O que ficou bem perceptível foi que, ao longo do processo de implementação das medidas de austeridade, a violência acompanhou as manifestações quase que proporcionalmente em relação à situação económica. Não se pretende aqui estabelecer uma regra deste fenómeno, mas vale ressaltar que, nos casos dos estados que recorreram aos empréstimos, a violência física entre os policiais e os manifestantes apareceram em

conformação com a situação económica, ou seja, quanto mais graves eram os indicadores económicos, mais recorrentes passaram a ser os confrontos.

Através da comparação de vídeos e fotos na internet, difundidos por grandes empresas de informações (El País, Público, Diário de Notícias, BBC, Aljazeera e outros) e por usuários independentes presentes nos confrontos, é bem nítida a gravidade da violência entre policiais e manifestantes em um cenário de bombas de gásóleo, barras de ferro, paus, pedras, policiais armados com armas de munição de borracha, cassetetes, escudos, armaduras e sangue, em todos os casos. Não é possível medir os níveis de violência no presente estudo, pois isto só seria possível através da contabilização sistemática dos casos de hospitalização de todas as manifestações, dos prejuízos causados no espaço urbano (destruição de estabelecimentos, pavimentações, cercas, grades e etc.), dos casos de agressão não registados, enfim, de uma série de variáveis que, além de pouco conclusivas pela fragilidade dos indicadores, desviariam o foco principal do problema. Posto que a ideia não é demonstrar o quão violento foi o confronto, mas sim demonstrar que esta violência é o produto de uma trajetória bem definida do processo de “*violência económica*” analisado, ou seja, é apenas a face física de uma violência estrutural, que poderia ser evitada.

A violência física facilmente encontrada nas imagens inibiu grande parte dos movimentos. Esta violência somada a criminalização de determinados movimentos sociais funcionou de forma repressiva com a orientação de legitimar a austeridade. Segundo Galtung isto representa a violência direta impondo a cultura (Galtung, 1990) da austeridade e todos os pressupostos materiais da economia de mercado que ela sustém. Um bom exemplo de criminalização dos movimentos foi o caso dos 231 detidos na cidade de Lisboa, conhecido como os Detidos das Amoreiras, que protestavam de

forma pacífica com reivindicações diretas contra a *Troika*, e defendendo a ocupação dos espaços públicos como estratégia de ação transformadora.

Na medida em que os confrontos têm agressões físicas mútuas, por si só demonstraram agressões físicas e cerceamento dos direitos à liberdade de manifestação, organização e expressão o ponto crucial para observação é a própria evolução das manifestações que pretendiam-se pacíficas e desembocaram em diversos episódios de violência física em todos os casos.

O argumento aqui levantado é que a impossibilidade de alteração da situação política e económica dos Estados, por via das manifestações, em conjunto às medidas de austeridade implementadas inexoravelmente impedem a capacidade ativa dos cidadãos de reverterem a situação. Isto quer dizer que resta aos cidadãos apenas reclamar de forma inócua nas ruas, enquanto a austeridade agrava os problemas sociais. Em outras palavras, é a condução do processo das medidas de austeridade de forma arbitrária, por ignorar as frequentes manifestações, que gera a ameaça de possíveis confrontos.

Não se pode criticar a função da polícia na questão da manutenção da ordem, ainda que tenha sido noticiado o uso excessivo da força policial, pois estes cumprem ordens políticas para dispersar as multidões e evitar o confronto direto com o seguimento político. A crítica se funda, então, na ausência de um processo político democrático, para além das eleições representativas, que contemple as aspirações dos manifestantes, para que não seja necessária a situação de confronto, em contraposição à postura de repressão dos governos por intermédio das forças policiais, adotado como único meio para se garantir a paz.

Por ser a mais visível das violências, considera-se qualquer situação com risco de agressão física, tanto para policiais como para manifestantes, uma ameaça à

segurança humana, que só pode ser evitada se toda a estrutura que funda a “violência económica” for alterada. Pois a própria ameaça representa violência em si. Desta maneira, a violência direta representada pelas agressões mútuas das manifestações são apenas uma extensão previsível das outras trajetórias de violência. A diferença entre o atual e o potencial neste caso reside na possibilidade democrática concreta de contemplar os desígnios dos manifestantes e reavaliar os resultados desastrosos da austeridade, porém, o caso dos empréstimos que geraram os acordos impede este nível de participação, aumentando a diferença do que se tem tido, em termos de diálogos, e aquilo que se pode ter, em comparação ao próprio sistema democrático vigente.

Conclusões

O momento em que o mundo se encontra, dos movimentos globais de transformações políticas, económicas e sociais, exige que se pense para além daquilo que se passa. O próprio mundo nos obriga a pensar para onde caminhamos. A julgar pelas previsões macroeconómicas globais, de um mundo que se nos apresenta sem possibilidades otimistas de futuro, seria melhor parar de caminhar para construir uma ideia mais animadora tanto do caminho quanto das possibilidades. Posto que, pensar no mundo de uma maneira mais humana é exercer a responsabilidade, intrínseca à produção do conhecimento, de construir novas realidades para que o caminho seja percorrido com mais entusiasmo.

Tais previsões macroeconómicas apresentadas pelas instituições internacionais geram uma atmosfera de medo sustentada pelo fantasma da “crise económica”. Uma insegurança com um futuro, no qual espera-se, todos os dias, não chegar, motivada pela angústia em adiá-lo. Caminha-se pela “crise” como vacas enfileiradas aguardando a sua vez em um matadouro. As previsões alastram-se globalmente, dinamicamente instantâneas, para que não se esqueça em nenhum momento de que vive-se em período de austeridade. Não se pode esquecer o medo, nem abandonar a insegurança. E assim difunde-se a postura austera como necessidade imperativa.

A austeridade, como visto no decorrer do estudo, foi proposta para solucionar a instabilidade do sistema financeiro internacional. Desta maneira, atribui-se às medidas de austeridade a responsabilidade de atenuar os riscos promovidos pela volatilidade do ambiente macroeconómico em crise (Herndon *et al.*, 2013). Esta atribuição sobressalta a mudança no papel do Estado no que diz respeito à sua atuação intermediária nas

interações entre as instituições financeiras internacionais e os cidadãos que constituem este Estado, pois nota-se nas medidas de austeridade, a componente burocrática de comprometimento acordado, no sentido de conferir a coordenação e o controle que as instituições internacionais passam a exercer sobre a vida dos cidadãos, fora do alcance democrático de decisão.

Pensar na supressão do Estado não chega a ser uma tragédia, já que em algumas possibilidades de realidade poderia ser até interessante. A problemática no caso da alteração do papel do Estado reside no facto de que este estado é único aparelho disponível aos cidadãos, que lhes permite a possibilidade de modificação da sua situação jurídica material. Neste sentido, o afastamento do estado em relação à função de assegurador das condições democráticas de participação, aproxima-o, simultaneamente, ao papel de coordenador de medidas supranacionais, quando não, um mero comissário do mercado financeiro.

Esse afastamento do Estado perante seus cidadãos envolve diretamente as questões de soberania e democracia levantadas ao longo do estudo. Envolve a soberania, pois, enquanto conceito, esta deixaria de traduzir, ainda mais, a ideia de autodeterminação dos Estados bem como seus deveres frente aos cidadãos. Por consequência, atinge diretamente a democracia ao suprimir a cidadania com a cessão das capacidades decisórias às instituições internacionais e ao retirar, suspender ou violar os direitos económicos, sociais e culturais que formam a base das necessidades básicas do desenvolvimento humano, quando deveriam, em termos democráticos, constituir a situação jurídica de participação dos cidadãos que sofrem o impacto das medidas políticas e proteger seus cidadãos desta “violência económica”.

As motivações para as medidas de austeridade inserem-se no contexto de preocupação com os riscos de instabilidade do mercado financeiro. Uma vez que o

Estado é a representação democrática dos cidadãos, os governos teriam, por obrigação, que considerar os riscos e ameaças às quais estão submetidos seus cidadãos. Ao implementar as medidas de austeridade, com base em riscos da economia de mercado, os estados ignoram certos direitos democráticos que fundam a cidadania, impedindo ações políticas práticas dos que sofrem com as medidas, ao mesmo tempo em que os submetem ao empobrecimento social.

O que ameaça a vida social dos cidadãos é a orientação dos Estados em tratar os riscos macroeconómicos como prioridade, em detrimento da segurança dos direitos dos cidadãos que são cedidos mediante o défice democrático que fere a cidadania. A violência que deriva desta estrutura é a implementação de medidas de alto risco, mediante os acordos, que têm um prazo de existência indeterminado, e que têm demonstrado serem extremamente danosas socialmente. Facto que poderia render uma cessão permanente de cidadania e soberania associados a uma redução drástica na qualidade de vida devido aos cortes na saúde, na educação, no emprego, nos subsídios e outros elementos fundamentais para o desenvolvimento humanos destas sociedades, e de qualquer outra.

A partir do conceito de Galtung, considera-se a violência como causa da distância entre o real e o potencial de realizações (Galtung, 1969). Isto sugere que, no caso das interações entre os Estados e as instituições internacionais, a perda dos direitos sociais e submissão às políticas coordenadas em âmbito supranacional demonstra a violência da austeridade enraizada na estrutura das relações, entre os Estados e as instituições financeiras, por intermédio dos impactos das medidas austeritárias na realidade social.

O acompanhamento desta trajetória desde o défice democrático indicado nas interações entre os estados e as instituições internacionais, próprias do neoliberalismo,

até o processo de implementação dos acordos e seus devidos impactos conduzem ao questionamento sobre a legitimidade desta estrutura. A partir desta questão analisou-se os elementos culturais que legitimam esta violência estrutural e torna culturalmente a austeridade aceitável, inevitável ou até benéfica em alguns casos.

Como foi visto no decorrer do estudo, os riscos financeiros são assumidos, não apenas pelas instituições internacionais, mas também pelos Estados, como um termómetro, arbitrário, que tende a orientar as políticas económicas no sentido de atenuar estes riscos no ambiente macroeconómico, em detrimento do risco humano das medidas. A busca cooperada pelo equilíbrio neste ambiente reflete, nada mais, do que a orientação das sociedades neoliberais, sustentadas pela coordenação e pelo controle das instituições financeiras internacionais, por sua vez, voltadas para a economia de livre mercado.

A orientação deste sistema materializa-se em medidas, ou práticas políticas que, em cenários de crises económicas, configuram um padrão de ação governamental. As medidas de austeridade são o agravamento rigoroso deste padrão que direciona as políticas económicas, invariavelmente, no sentido de suprimir investimentos sociais e reduzir ao máximo as despesas do estado, independentemente dos resultados subsequentes que isto pode gerar nas sociedades, afinal tem-se como prioridade o equilíbrio do mercado financeiro internacional.

Desta maneira, os processos de empréstimo de Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda não seriam diferentes. O grande problema destas medidas tem sido evidenciado, ao longo dos cinco anos de recessão destas economias, com o questionamento sobre o êxito ou falhanço da austeridade. Os números indicam que o cenário económico no período não apresentou melhoras nos indicadores estatais, nem mesmo nos macroeconómicos (EU Comission, 2013). Ainda assim, a austeridade fiscal persiste sob

as previsões mais pessimistas, com o auxílio da hipótese, não testada, de que sem as medidas seria pior.

Para sustentar esta ideologia inerente à economia de mercado alguns aspetos foram apresentados como elementos, que em comunhão a esta ideologia, legitimam a violência na estrutura. A linguagem e a ciência económica constituem a base produtiva das ideias que moldam o sistema de referências (Bourdieu, 1989: 15) para a inteligibilidade do fenómeno da austeridade.

A linguagem enquanto aspeto fundamental da produção cultural é estruturado, no contexto da “crise económica global”, no sentido de conferir um significado genérico ao termo crise. Ao seguir a sugestão de Jutta Weldes, foram levantadas as seguintes questões: Para quem a situação é crítica? Para quem a situação é um problema? E Para quem é urgente? Estas questões auxiliam a investigação à identificar onde reside a responsabilidade do problema (Weldes, 1999), fator não designado em termos difundidos pelos governantes ou médias através dos termos genéricos como “crise económica global”, “crise na zona euro”, “crise europeia”. Esta generalidade dos termos faz crer que é um problema de responsabilidade de todos e que merece o sacrifício de todos para que seja solucionado.

Pierre Bourdieu compreende a difusão e apreensão destes discursos nos termos do poder simbólico, que pode ser identificado no caso estudado através do reconhecimento arbitrário da validade dos discursos mediáticos e políticos como leitura ortodoxa da realidade social (Bourdieu, 1989). Este poder é institucionalizado nas técnicas e procedimentos exigidos implicitamente no campo da produção política ou na estruturação e difusão das ideias do campo mediático. É engraçado observar, por vezes, aspetos escatológicos nos discursos sobre a situação económica global e os sacrifícios que devem ser feitos para evitar o fim dos tempos. Neste ponto, até mesmo a palavra

“resgate” sugere quem são os salvadores do apocalipse. Isto é dizer que o poder das palavras difundidas nestes campos de produção cultural gera uma atmosfera de medo e insegurança que, associada a transferência da responsabilidade do problema da crise ao nível populacional, legitima a violência estrutural. Esta verificação pode ser feita através das eleições que levaram os defensores da austeridade ao poder na Espanha, em Portugal e na Grécia, denotando uma relativa, e deveras questionável, aceitação democrática. Desta maneira, qualquer elemento cultural que legitime uma violência, é também uma violência.

Hipóteses a parte, o facto é que as medidas têm gerado, como afirmou um representante do FMI na cimeira do G-20 organizada no México em 2012 (Público, 2012), um cenário de insustentabilidade política e social nos países que assinaram os acordos de empréstimo. Com os cortes efetuados, o empobrecimento destas sociedades ficou evidente, ao passo que, as convulsões sociais tornaram-se recorrentes com a supressão gradual de direitos sociais, culturais e económicos dos cidadãos.

O processo de negociação e implementação das medidas inicia, de forma complementar, a trajetória de violência cultural que permeia a lógica de orientação do modelo neoliberal e segue seu curso até afluir na supressão naturalizada da perda dos direitos. Através da convergência da trajetória que fere os princípios de cidadania pela violência estrutural com a trajetória cultural, compreende-se os respetivos governos como perpetradores desta violência enraizada na estrutura, por intermédio da implementação das medidas de austeridade.

Com a transferência da responsabilidade do problema para o nível populacional, já que são os cidadãos que sofrem com as medidas, nada mais coerente que deslocar as análises estruturais de soberania e democracia para o nível da população. Esta foi a razão para observar os conceitos sob a ótica do impacto na vida das populações e

demonstrando qual ator social está de fato em risco com a austeridade, os cidadãos. Para completar este raciocínio, pode-se dizer que se existe uma “crise”, ela é social, e não económica.

A compreensão da violência estrutural em termos humanos conduz diretamente à observação das formas de garantir os direitos e necessidades básicas para a vida humana. De acordo com as análises sobre a segurança humana, a violência com suporte estrutural e legitimada culturalmente viola várias regras no âmbito dos direitos internacionais, entretanto, não havendo uma estrutura hierárquica para evitar, coibir ou proibir estas violações, verifica-se a estrutura como facilitadora das violências, o que foi denunciado por Stephen Krasner como uma hipocrisia organizada (Krasner, 1999). A exploração económica, orquestrada pelos instrumentos políticos promove a vulnerabilidade dos cidadãos a estas medidas, torna-se o foco para a identificação da distância entre o potencial de realizações e o real. Seguindo a lógica de Galtung, o real está identificado na perda evidente dos direitos sociais e económicos e seus impactos danosos nas sociedades em questão e o potencial de realizações reside em assegurar o estado democrático de bem-estar social, promovendo o desenvolvimento humano e a segurança da vida dos cidadãos que sofrem com os cortes nos salários, nos subsídios, nas pensões, na saúde, na educação, sofrem com o desemprego, em suma, com a supressão dos direitos que fundam as bases das sociedades ditas democráticas. Direitos que deveriam ser protegidos, e não ameaçados por uma recorrente “violência económica”.

O triângulo de análise das violências proposto por Galtung encerra-se na convergência entre as duas trajetórias anteriores e as subsequentes evidências da violência direta. Esta última surge de forma manifesta nos confrontos entre os cidadãos que uniram-se contra a “violência económica” e as forças policiais.

O desenvolvimento das manifestações globais contra os abusos das instituições financeiras e a convivência dos respectivos Estados apresenta a trajetória mais visível. A proposição pacífica de organização dos movimentos sociais ao redor do mundo, e especificamente nos casos abordados, tinha como objetivo dispor ao diálogo democrático o rumo das decisões políticas do processo de austeridade.

O seguimento do processo com a implementação das medidas indicou a incapacidade dos movimentos sociais em buscar alternativas para a austeridade fiscal. Este torna-se, então, o ponto fundamental de observação para o início dos casos de violência física.

Como a violência observada no processo fixa suas raízes na estrutura e na cultura das práticas políticas e mediáticas, o aparente falhanço que propunha o diálogo democrático não impediu a continuidade, bem frequente, das manifestações. A heterogeneidade dos setores sociais que aderiram às reivindicações, juntamente com o prosseguimento da implementação das medidas “inegociáveis”, sugere a dificuldade na manutenção das propostas pacíficas. O número crescente de manifestantes suscitou riscos de revolta e a orientação dos governos passou à repressão das manifestações com o uso da força, na medida em que os palcos das manifestações tornavam-se cada vez mais ameaçadores, tanto para policiais, como para manifestantes.

A trajetória da violência física fica nítida ao iniciar seu curso nas manifestações pacíficas proponentes do diálogo e desembocar nos confrontos físicos entre policiais e manifestantes. Percebe-se a ameaça à segurança humana, não somente na violência física dos confrontos, mas também na impossibilidade prática da construção de alternativas através do diálogo. É ameaça, pois a impossibilidade da construção de alternativas fere a capacidade de intervenção democrática dos cidadãos, além de

propiciar condições para a continuidade das manifestações, com grandes possibilidades de violência física.

Assim, o real é a incapacidade democrática de se construir um diálogo que proponha alternativas para o modelo de austeridade e o potencial de realizações é a flexibilidade dos governos democráticos em dispor de instrumentos políticos práticos para uma construção conjunta, entre o estado e a esfera pública, de alternativas à violência económica. A causa desta distância entre o potencial de realizações e o real, no caso da violência direta reside na inexistência burocrática de um instrumento que considere os espaços públicos de assembleias em um instrumento válido para construção das decisões políticas, instrumento que, entretanto, é perfeitamente viável de ser construído dentro do sistema democrático. Com sua base na violência estrutural, as agressões mútuas e as criminalizações dos manifestantes representam a face física do processo triangular da “violência económica” e atuam impondo a cultura da austeridade de forma arbitrária.

A contribuição do modelo analítico proposto por Galtung, a partir do triângulo das violências, é de grande valia aos estudos para a paz, pois além de auxiliar de forma consistente a identificação das bases que fundam as trajetórias de violências, torna possível perceber as linhas de convergência destas violências, que as unem em um processo indissociável. Assim, perceber as violências implica, automaticamente, em pensar nos caminhos que podem conduzir a uma paz sustentável.

Ainda que o fenómeno observado não tenha apresentado características de guerras ou conflitos, a “violência económica” emerge como um dos maiores, senão o maior, obstáculo para qualquer tipo de paz que se pretenda, ao mesmo tempo em que desponta como uma semente para o acirramento das conflitualidades no nível interno dos Estados, em termos globais de manifestações em resistência.

A expressão “violência económica” utilizada no decorrer do estudo não é aplicada com o carácter de um conceito científico para observação dos padrões e movimentos da realidade, porém, oferece uma proposta de leitura para o fenómeno nomeado arditamente de “crise económica global”. Isto quer dizer que ao substituir a expressão “crise” pela expressão “violência económica” alteram-se os parâmetros para composição das propostas resolutivas, pois confere outra noção de responsabilidade e de objetivo das decisões a serem tomadas. Se há crise, ela é social, e se a exploração tem raiz económica, é violência. E é neste mundo marcado pela violência, que os estudos para a paz afastam-se, cada dia mais, de um idealismo e tornam-se uma responsabilidade categórica à disciplina das Relações Internacionais.

Bibliografia

- Averbug, André; Giambiagi, Fábio (2000) “A crise brasileira de 1998 e 1999: Origens e Consequências”. *Textos para discussão BNDES*. Brasil. http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Textos_para_Discussao/. [12 de Abril de 2012].
- BBC (2011) “BBC News, Greece Unrest: Athens clashes amid general strikes”. Gavin Hewitt. 19 de Outubro de 2011. Página eletrônica: <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-15362678>. [20 de maio de 2012].
- Belke, Ansgar (2010) “The Euro Area Crisis Management Framework: Consequences and Institutional Follow-ups”. *Journal of economic Integration discussion paper 1076*. German Institute for Economic Research.
- Bourdieu, Pierre (1989) *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bunck, Julie Marie e Fowler, Michael Ross (1995) *Law, Power and the Sovereign State: The Evolution and application of the concept of sovereign*. Pensilvania: Pensilvania State University.
- Cassirer, Ernst (1944) *Ensaio sobre o homem: Introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Duffield, Mark e Wadden, Nicholas (2004) “Human security and global danger: Exploring a governmental assemblage”. *Department of Politics and International Relations*. University of Lancaster.

- El País (2011) “951 ciudades en 82 países (por ahora) se suman a la protesta planetaria del 15-O”. Naiara Galarraga. 14 de Outubro de 2011. Página eletrónica: politica.elpais.com. [10 de Fevereiro de 2013].
- EU Commission (2013) *EU Economic Forecasts: EU economic Situation, per country*. Página Eletrônica: ec.europa.eu/economy_finance/EU/forecasts. [20 de Abril de 2013].
- Escolano, Julio (2010) “A practical guide to public debt dynamics and fiscal sustainability and cyclical adjustments of budgetary aggregates”. in *Technical Notes and Manuals of International Monetary Fund*. Department of fiscal affairs. 27-28.
- FMI (2013) *IMF Country Report January 2013: International Monetary Fund, per country*. IMF. Página Eletrónica: www.imf.org. [10 de fevereiro de 2013].
- Galtung, Johan (1969) “Violence, Peace and Peace researches”. *Journal of Peace and Research*. 6 (3), 167-191.
- Galtung, Johan (1990) “Cultural Violence”. *Journal of Peace and Research*. 27 (3), 291-305.
- Galtung, Johan; Hoivik, Tord (1971) “Structural and Direct Violence: A note on operacionalization”. *Journal of Peace and Research*. 81, 73-76.
- Gardner, Manfred; Bjorn, Griesbach e Jung, Florian (2011) “Pigs or Lambs? The European World Debt Crisis”. *School of economics and political science discussion papers 6*. Universitat St. Gallen.
- Giugni, Marco (2002) “Explaining cross-national similarities among social movements” in Smith, Jack; Johnston, Hank (eds.) *Globalization and*

Resistance. United States of America. Rowman & Littlefield publishers inc. 14-27.

- Habermas, Jurgen (2002a) *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 283-286.
- Habermas, Jurgen (2002b) *Era das Transições*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jurgen (2002c) “Ciências Sociais Reconstitutivas versus Ciências Sociais Compreensivas”. in *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 37-60.
- Herndon, Thomas; Ash, Michael e Pollin, Robert (2013) *Does High Public Debt Stifle Economic Growth?: A Critique of Reinhart and Rogoff*. Political Economic Research Institute working paper 322. Massachusetts.
- Hoivik, Tord (1977) The demography of structural violence. *Journal of Peace and Research*. 6 (1), 59-73.
- Krasner, Stephen (1999) *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton University Press. New Jersey.
- Lawler, Peter (1995) *A question of values: Johann Galtung's Peace and Research (Critical Perspectives on World Politics)*. Lynne Rienne publishers. London. 15-33.
- Manifesto (2011) “Manifesto Democracia Real Ya”. Página eletrônica: <http://www.democraciarealya.es>. [18 de Dezembro de 2012].

- Marx, Karl e Engels, Friedrich (1846) *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- OCDE (2013) *Growth per country: Database, 2013*. Página eletrónica: <http://www.oecd.org/statistics>. [15 de Março de 2013].
- Ortiz, Guillermo (2012) “A Note on the Euro crisis: Latin America lessons?” in IIMA (International Monetary Symposium) Keidanren Kaykan 25 de Março de 2012. Tokyo.
- Owen, Taylor (2004) “Human Security – Conflict, Critique and Consensus: Colloquium Remarks and a Proposal for a Threshold-Based Definition”. International Peace and Research Institute. 35 (3), 373-387 (383).
- Paris, Roland (2001) “Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?”. *International Security*. 26(2), 87-102.
- PBS (2011) “Newshour, Riots Erupts Over Greece Latest Round of Austerity Measures”. Martin Gleisser. 19 de Outubro de 2011. Revista eletrônica: http://www.pbs.org/newshour/bb/business/july-dec11/greece1_10-19.html. [18 Outubro 2012].
- Público (2012) “FMI alerta que austeridade pode tornar-se socialmente insustentável”. Daniel Rocha. 9 de Novembro de 2012. Página eletrónica: <http://www.publico.pt/economia/noticia/fmi-alerta-que-austeridade-pode-tornarse-socialmente-insustentavel--1571717>. [30 de Novembro de 2012].
- Público (2013) “Estudo usado como argumento para a austeridade colocado em causa”. Sérgio Anibal. 17 de Abril de 2013. Página eletrónica:

<http://www.publico.pt/economia/noticia/estudo-usado-como-argumento-para-a-austeridade-colocado-em-causa-1591613>. [17 de Abril de 2013].

- Pureza, José; Cravo, Tereza (2005) “Margem crítica e legitimação dos estudos para a paz”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71, 5-19.
- Richmond, Oliver. (2007) *The Transformation of Peace*. New York: Palgrave Macmillan. 1-19.
- Rogoff, Keneth; Reinhart, Carmen (2010) “Growth in a time of debt” *American economic review papers and proceedings 100*. Harvard.
- RT (2011) “Riots on Greece 2011: Athens burns, police fire tear gas as violence flares up”. Multimedia: <http://www.youtube.com/watch?v=NIjVxqRpbw0>. [8 de Novembro de 2012].
- RT (2013) “Ireland year away from greek devastations unless austerity stopped”. Entrevista com Richard Boyd Barret. Laura Smith 31 de Maio de 2012. Multimedia: <http://www.youtube.com/watch?v=NGBYEbee8uk>. [20 de Novembro de 2012].
- Smith, Jackie; Johnston, Hank (2002) *Globalization and Resistance: Transnational Dimensions of Social Movements. An Introduction*. United States of America: Rowman & Littlefield publishers inc.
- Souza, André Barbieri (2007) “A união europeia e o deficit democrático: Um estudo a partir de Jurgen Habermas” in Conferência em Congresso Nacional CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito). Manaus.

- Weldes, Jutta (1999) *The cultural production of a crises: US identity and missiles in Cuba*. 35-41. http://people.reed.edu/~ahm/Courses/Reed-POL-240-2012-S1_IP/Syllabus/EReadings/05.2/05.2.zFurther_Weldes1999Cultures035-062.pdf. [8 de agosto de 2013].
- Zizek, Slavoj (2013) “Trouble in Paradise” *London Review of Books*. 35 (14). <http://www.lrb.co.uk/v35/n14/slavoj-zizek/trouble-in-paradise>. [18 de Julho de 2013].